



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

**ATA NÚMERO QUATRO**

**ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE. --**

----- Ao vigésimo quinto dia do mês de maio de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal, na sua segunda ordinária, numa modalidade mista, presencialmente no Grande Auditório do Fórum da Maia e por videoconferência, através da plataforma Zoom, para os Senhores Deputados que assim o solicitaram – Sérgio Alexandre da Silva Gomes, Luís Filipe Vasconcelos Gil, Rui Leandro Alves da Costa Maia, Cristiana Maria Monteiro Carvalho e João Pedro Guimarães Pinto, nos termos do disposto na Lei que prevê as medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença Covid19, concretamente conforme o previsto no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2000, de 19 de março, alterada pela Lei n.º 4-A/2020, de 6 de abril, convocada pelo seu Presidente, António Gonçalves Bragança Fernandes, em edital datado de treze de maio com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

1. **Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo artigo quadragésimo primeiro do Regimento da Assembleia Municipal;** -----
2. **Período de Intervenção do Público, de acordo com o estipulado pelo artigo quadragésimo segundo do Regimento da Assembleia Municipal;** -----
3. **Período da Ordem do Dia:** -----
  - 3.1. **Apreciação e votação das atas n.ºs um, dois e três de dois mil e vinte;** -----
  - 3.2. **Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;** -----
  - 3.3. **Informação à Assembleia Municipal no âmbito do disposto no art.º sétimo aditado à Lei n.º seis/dois mil e vinte, de dez de abril, pela Lei n.º doze/dois mil e vinte, de sete de maio – sessão ordinária da Assembleia Municipal, a realizar em vinte e cinco de maio –**

Pandemia Covid-19; -----

3.4. Prestação de Contas e Relatório de Gestão de dois mil e dezanove da Câmara Municipal da Maia; -----

3.5. Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação;

3.6. Alteração orçamental modificativa (revisão orçamental) aos documentos previsionais de dois mil e vinte: - primeira ao orçamento da receita; - segunda ao orçamento da despesa; - primeira ao plano plurianual de investimentos (PPI); - segunda ao plano de atividades mais relevantes (PPI); -----

3.7. Documentos finais obrigatórios de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, relativos ao ano de dois mil e dezanove; -----

3.8. Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – Primeira Revisão das Grandes Opções do Plano dois mil e vinte/dois mil e vinte e três (Plano Plurianual de Investimentos e Plano das Atividades Mais Relevantes) e do Orçamento ordinário para o ano de dois mil e vinte; -----

3.9. Alteração ao mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – ano dois mil e vinte; -----

----- Face ao pedido de substituição do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Gonçalves Bragança Fernandes, por motivos pessoais e inadiáveis, a Primeira Secretária, Márcia Isabel Duarte Passos Resende assumiu o lugar de Presidente da Mesa, tendo de seguida convidado a Senhora Deputada, Maria Alexandra Leite Silva Torres Teles Menezes, para ocupar o lugar de Segunda Secretária, assumindo a Senhora Deputada Susana Filipa Coelho Rafael o lugar de Primeira Secretária. -----

**A SENHORA PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO, MÁRCIA ISABEL DUARTE PASSOS RESENDE,** deu início aos trabalhos com uma saudação a todos os



presentes, dando de seguida nota dos seguintes pedidos de substituição: do Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia, António Gonçalves Bragança Fernandes, que foi substituído pelo Senhor Pedro Miguel Carvalho, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Castelo da Maia, Manuel Moreira Azenha, que se fez representar por Daniel Jorge Monteiro Coelho e do Senhor Carlos dos Santos Teixeira, que se fez representar pelo Senhor Sérgio Alexandre da Silva Gomes. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da ata como documentos **um a três**. Esteve ausente o Senhor Deputado Rui Miguel de Sousa Moreira. -----

**A SENHORA PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO, MÁRCIA ISABEL DUARTE PASSOS RESENDE** agradeceu à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente a todos os funcionários da Divisão de Informática, da Divisão de Prevenção e Segurança no Trabalho, da Divisão de Cultura e da equipa que já dá apoio regular à Assembleia Municipal, que com o seu profissionalismo contribuíram para que a sessão decorresse no espaço do Fórum da Maia, cumprindo todas as regras de higiene e segurança. **A SENHORA PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO, MÁRCIA ISABEL DUARTE PASSOS RESENDE** informou os cidadãos interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, que o poderiam fazer, após preenchimento do impresso próprio, lembrando que não poderiam intervir por um tempo superior a cinco minutos, e sem direito a resposta naquela sessão. Abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, solicitando que se houvesse documentos para votação, que os mesmos dessem entrada na Mesa, para que a mesma se pudesse organizar. Mais lembrou que apesar de não haver tempos ainda definidos, gostaria que fosse cumprido aquilo que a própria designou como que um “acordo de cavalheiros” estabelecido na reunião de líderes, no sentido de não ser ultrapassado o tempo de sessenta minutos para este ponto. -----

**1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo artigo quadragésimo primeiro do Regimento da Assembleia Municipal: -----**

----- Inscreveram-se os (as) Senhores (as) Deputados (as): -----

**MANUEL JOAQUIM MEIRELES**, após cumprimentar todos os presentes, deu nota sobre duas questões que gostaria de colocar, a primeira ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e a segunda à Mesa: como era do conhecimento do público, o Presidente do PSD, Dr. Rui Rio, desafiou na última quarta-feira, o Primeiro-Ministro de Portugal, a esclarecer se não estavam a ser pagos “coletes empolados” no Novo Banco, lamentando que a justiça não tivesse ainda atuado no maior crime de colarinho branco, questionando se o Novo Banco estaria a vender imóveis abaixo do preço de mercado, perguntando com a mesma convicção ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se o Doutor Rui Rio, porventura, não se estaria também a referir à Quinta dos Cónegos, cujo preço de aquisição rondou os três ponto quatro milhões de euros, quando era conhecida a existência de outras propostas mais altas, tendo mesmo o Senhor Presidente da Câmara Municipal referido publicamente que tinha sido um bom negócio para a Câmara. Eles próprios, à semelhança do Dr. Rui Rio, também lamentavam a pouca celeridade da justiça. A segunda questão tinha a ver com a apresentação de um requerimento à Mesa e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre atas: assim e mais uma vez publicamente, perguntou à Presidente da Mesa da Assembleia em exercício e respetiva Mesa, a razão pela qual a página eletrónica da Assembleia Municipal não publicava com a devida atenção e responsabilidade, à semelhança de outros Municípios, as atas desta Assembleia, nomeadamente de reunião de líderes, publicação das faltas e respetivas justificações e despacho. Também perguntava qual a razão de não ser dada a conhecer os pontos de agenda das reuniões de líderes a todos os Deputados Municipais. -----

**ALBERTO CARLOS PIRES DOS REIS E SANTOS**, após cumprimentar todos os presentes, leu de seguida o documento identificado com o número **quatro**. -----

AM  
af  
M

**CARLA SUSANA FERREIRA DIAS**, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **cinco**. -----

**PEDRO MIGUEL CARVALHO**, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **seis**. -----

**PEDRO MIGUEL MACHADO MARQUES**, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **sete**. -----

**RUI LEANDRO ALVES DA COSTA MAIA**, após cumprimentar todos os presentes, apresentou duas notas relacionadas com o funcionamento da Assembleia Municipal, notas de reflexão e que sendo repetidas, nunca se cansaria de as colocar. Afirmou que tinham nesta Assembleia uma massa documental de duas mil, duzentas e sessenta e oito páginas, o que queria dizer que, para quatro dias úteis de leitura, porque as pessoas ao fim-de-semana tinham direito de não fazer trabalho e de estar com a família ou usar o tempo como entendessem, dava uma quantia de quinhentas e sessenta e oito páginas por dia, questionando para que servia a Assembleia se não tinham condições de trabalho. Salientou que era muito importante que existisse a consciência de que não se podia ter um discurso que a Maia estava acima de tudo, à frente de tudo e depois no tratamento que dava aos assuntos que eram fundamentais, porque era neste fórum que se deliberava, era neste fórum que democraticamente se discutia, tivesse um tratamento para com os Deputados de absoluto desrespeito. Ele próprio não aceitava isso e gostava que as palavras sendo diretas, ficassem registadas, pedindo ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que fizesse todo o esforço daqui para a frente, salientando que havia ainda tempo para fazer isso, e para dar uma imagem de que institucionalmente funcionavam melhor, todo o esforço para que as assembleias que tivessem assuntos desta importância para serem discutidos, de facto pudessem ser discutidos como os grupos parlamentares tinham o direito e a obrigação de o fazer, isto era, receber a informação, ter tempo para a ler, discutir entre pares e tomar posições a seguir. Afirmou que não era possível

fazer trabalho com este tipo de condições. A segunda nota era dirigida à Mesa e tinha a ver com os documentos que as diversas forças políticas tinham discutido, entregue e votado, nomeadamente os votos de louvor, e que de facto, face àquilo que expressavam, não eram consequentes. Ele próprio tinha já visto, de plena certeza, porque já tinham votado em assembleia, votos de louvor que ele próprio fez acompanhamento, e depois não havia consequências disso. Quando diziam que no voto de louvor as pessoas deviam tomar conhecimento, não deviam tomar conhecimento através dos jornais da terra nem por quem detinha o exercício de poder por maioria. Deviam tomar conhecimento porque a Assembleia Municipal tinha deliberado. Não era aceitável que se votasse, às vezes até por unanimidade, mas depois a mensagem não passava para as pessoas. Pedia à Mesa que registasse, pedia ao Senhor Presidente de Câmara que registasse e que tudo fizesse para que esta Assembleia funcionasse em condições de normalidade. Mais apresentou uma nota final nesta dimensão que era de antes da ordem do dia, dizer que face à situação difícil que todos viviam e particularmente municípios como a Maia que tinha relativamente à pandemia uma condição de ranking negativo, congratular-se pelo facto de todos estarem a fazer esforço para que a situação fosse contida. Também no concelho da Maia, apesar de um conjunto de medidas que iriam discutir mais à frente, terem de ser assumidas e, neste enquadramento, precisarem todos de ter capacidade para ouvir e para com humildade, aceitar o que os outros também propunham, os outros também estavam informados, os outros também queriam o mesmo desfecho relativamente à situação que, porventura, queria o Executivo. Congratulava-se, porque face às projeções iniciais, a Maia e o resto do país, estavam numa situação comparativamente a outros países melhor e dizer que pelo lado da Coligação “Um Novo Começo” estavam irmanados para fazer trabalho em prol da população. -----

**MANUEL CRISTÓVÃO MARTINS DE SÁ PIMENTA**, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **oito**. -----

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large 'M' at the top, a signature below it, and another signature further down.

**FRANCISCO JOSÉ DE MAGALHÃES COUTO E SILVA**, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **nove**. -----

**ÂNGELO MIGUEL COSTA AUGUSTO** prescindiu do uso da palavra. -----

**MANUEL ALFREDO DA COSTA MAIA**, após cumprimentar todos os presentes, leu os documentos identificados com os números **dez e onze**. -----

**IVO MANUEL DA COSTA PINHEIRO**, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **doze**. -----

**HÉLDER TIAGO FERREIRA QUINTAS DE OLIVEIRA**, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **treze**. -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** prescindiu do uso da palavra.

**A SENHORA PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO, DRA. MÁRCIA ISABEL DUARTE PASSOS RESENDE**, face às questões levantadas à Mesa pelos Senhores Deputados Manuel Joaquim Meireles e Rui Leandro Alves da Costa Maia, deu nota que no que respeitava às atas e às justificações de faltas, e salientando que estava a acompanhar a situação expressa ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ela própria e a Mesa ainda não tinham conseguido perceber qual era exatamente a “justificação de faltas” que estaria em falta no site da Assembleia Municipal e qual era a ata. Depois da comunicação do Senhor Deputado Manuel Joaquim Meireles, informou que já tinham solicitado aos serviços que fizessem um apanhado, verificando todas as atas desde o início de mandato e fizessem uma verificação exaustiva no sentido de perceber o que era que faltava. E o que faltaria, seria colocado no site institucional, realçando que não poderia ser de outra forma. Pediu, reiterando o que já lhe tinha sido pedido por escrito, se porventura o Senhor Deputado sabia exatamente qual era a ata em falta ou parte dela, ou qual a justificação de falta que também não constava do site, que fizesse chegar essa informação para ser corrigida imediatamente. Quanto às atas das reuniões de líderes, informou que, e do que tinha conhecimento, as mesmas não estavam

até hoje publicadas, mas dada a chamada de atenção e intervenção, deu nota que tal seria objeto de reflexão e certamente de publicidade devida, porque todos os documentos da Assembleia eram públicos e jamais seria qualquer intenção da Mesa ocultar qualquer documento. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Rui Leandro Alves da Costa Maia, e no que respeitava aos documentos relativos aos votos de louvor, tendo afirmado o Senhor Deputado que não eram consequentes, o que não era aceitável. Ela própria também considerava que tal não era aceitável, não sabendo a que se referia, mas deu nota que iria saber. Mais acrescentou que se algum voto de louvor que tivesse sido aprovado nesta Assembleia e que não teve a devida consequência, primeiro iriam tentar perceber porquê e o que tinha falhado e depois iriam dar mesmo tardiamente, a respetiva consequência. -----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO**, após cumprimentar todos os presentes, deu nota que era verdade que viviam tempos muito difíceis, muito *sui generis* o que obrigava a todos ter muita contenção, muita responsabilidade e também muito empenho para vencer estes momentos difíceis que o mundo, Portugal e a Maia se confrontavam. Em todo o caso, realçou que eram fortes, guerreiros descendentes de Gonçalo Mendes da Maia e dos Mendes da Maia, realçando que estavam ali para fazer tudo o que tinham que fazer, julgando que tinham feito. Agradeceu de seguida todas as palavras que lhe foram dirigidas e também ao Executivo Municipal e, obviamente, também às Juntas de Freguesia e às IPSS'S. Todos tinham feito um caminho e um trabalho, fruto da maior importância, e também os Senhores Deputados, cada um no seu espaço, e mesmo aqui na Assembleia Municipal tinha percebido que todos se empenharam e se envolveram para estar devidamente informados e a querer colaborar para que as coisas acontecessem da melhor forma, para bem dos Maiatos e as pessoas que eram mais frágeis e as que eram mais débeis financeiramente e os idosos também eram um foco de preocupação diária. Agradeceu todas as palavras particularmente do Senhor Deputado Hélder Tiago

Ferreira Quintas de Oliveira que tinha questionado, mas também louvou e agradeceu todo o empenho e todas as medidas que todos souberam empreender de uma forma inovadora, proativa e se calhar, antes do tempo que lhes era exigido. Souberam antecipar e era por isso que as coisas melhoraram substancialmente e correram de feição para todos. Também agradeceu as palavras do Senhor Deputado Ivo Manuel da Costa Pinheiro e que ambas lhe tocaram fundo dado que tinham sido muito dignificantes no verbo e no sentido dessas palavras. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Ivo Manuel da Costa Pinheiro, deu nota que iriam lançar dentro de poucos dias, um concurso público para fazer a terceira fase do Ecocaminho entre a estação do metro em Mandim e o Castelo da Maia, do corredor de lazer que era frequentado por muita gente, fase esta comparticipada pelo “Norte vinte vinte”, tal como as outras duas e, se não ficasse pronto ainda este ano, ficaria nos primeiros meses de dois mil e vinte e um. Também deu nota que a Câmara Municipal fazia parte de uma parceria com a Câmara de Matosinhos para desenvolver o chamado “Corredor Verde do Rio Leça”, entre a Ponte de Moreira, junto à Etar de Moreira até à Ponte da Pedra. Seria uma ecopista feita entre as duas Câmaras e dentro de um ano, esta obra estaria pronta para poder ser usufruída. Eram sete quilómetros e cem metros com um investimento na ordem dos sete milhões de euros e também era financiado pelo PEDU, no âmbito do “Portugal vinte vinte” e do “Norte vinte vinte”. Este projeto já estava em curso pela Câmara de Matosinhos e a Maia já tinha lançado o concurso público no seu território, sendo que as duas depois se iriam complementar. O primeiro troço do “Corredor Verde” iria ser feito na Maia e em Matosinhos e depois iriam ser os outros troços quer a montante quer a jusante, sendo o objetivo criar um corredor verde ao longo do rio Leça, desde Leça da Palmeira até ao Monte Córdova, em Santo Tirso e as quatro Câmaras respetivas iriam ser chamadas a desenvolver esse projeto, considerando que este seria o melhor legado que poderiam deixar quer para todas as comunidades que confrontavam com o rio e toda a animação que ele iria provocar em termos

de requalificação e reabilitação dos moinhos e espaços de lazer que iriam ser criados. Seria um projeto que iria demorar alguns anos, mas este seria o primeiro pontapé de saída. Sobre as medidas de apoio social e sócio-económico, deu nota que gostaria que houvesse uma maior adesão, pedindo que todos divulgassem junto das famílias e das empresas que precisassem de alguma ajuda. Deu nota que tinham enviado uma missiva na fatura da água, de forma a poderem saber que existiam medidas que a Câmara Municipal tinha tomado para elas se poderem candidatar e usufruir do benefício dessas medidas. Elas estavam a acontecer, mas gostava que houvesse uma maior adesão. Pediu aos Senhores Deputados que fizessem a sua parte e informar os maiatos. Mais acrescentou que também iriam entregar máscaras aos mais necessitados, tendo sido feito um levantamento junto da DGAL para saber quais eram as famílias que cumpriam um conjunto de requisitos e que estivessem no rol da Segurança Social. Também teriam a oportunidade de, telefonando para um número que seria facultado, pedir mais máscaras para uso de proteção. Também iriam ser entregues aos colaboradores camarários, aos bombeiros, à Polícia Municipal, ao Serviço de Proteção Civil e aos agentes de segurança (PSP e GNR). Também iriam ser feitos testes sereológicos à comunidade de trabalho - Câmara, Empresas Municipais, SMAS -, estando a ser ultimado esse processo e ainda esta semana iriam iniciar. Também iria ser alargado ao pré-escolar para dimensionar e avaliar do rácio da imunidade comunitária. Mais afirmou que tinham fornecido informações quinzenais à Assembleia Municipal e também ao Executivo Municipal, continuando a fazê-lo no futuro. Sobre o arranque do pré-escolar, no dia um de junho, deu nota que os Agrupamentos Escolares tinham essa responsabilidade em termos de tutela, no entanto, a Câmara Municipal iria garantir um plano de higienização, iria oferecer a todas as crianças um panamá com uma viseira para proteger as crianças, uma vez que não era recomendável que elas usassem máscaras, iria fazer o rastreio sereológico a toda a equipa de assistentes operacionais e auxiliares da educação educativa, iria garantir as refeições que seriam



entregues à porta dos equipamentos escolares para que não houvesse o risco de poder haver alguma introdução ou contacto/contágio por esse acesso. Iriam também fazer um desconto de cinquenta por cento nos serviços de acolhimento e de prolongamento dos horários das crianças do pré-escolar durante o mês de junho, desde o dia um até ao final de junho e outro desconto de cinquenta por cento sobre o preço praticado no ano letivo dois mil e dezoito/dois mil e dezanove na atividade da educação em férias, que decorreria entre o final do ano letivo e o final do mês de julho. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Manuel Alfredo da Rocha Maia, deu nota que a Câmara iria abrir na próxima semana, na próxima reunião de Câmara, dado que estava à espera desta Assembleia Municipal para aprovar uma revisão orçamental, um concurso público para requalificar toda a Feira de Pedras Rubras, a Praça do Exército Libertador que ele próprio não se recordava de ter visto nenhuma intervenção nesse espaço público, e de grande magnitude e dignidade, indo a Câmara Municipal investir nos próximos meses, um milhão e trezentos mil euros. Esta requalificação assentaria não só no espaço da feira semanal, mas também numa zona de lazer a ser usufruído por todos. Iriam também fazer algo semelhante na feira da Maia, indo-se investir cerca de seiscentos mil euros, e cujo concurso iria ser aberto no verão. Iriam intervir também, mas de uma forma mais mitigada, nos dois mercados do Castelo da Maia e de Pedrouços, estando-se a preparar um concurso para fazer uma intervenção, no futuro próximo, com maior profundidade e dignidade, fazendo destes dois mercados uns espaços de venda, de feira, mas os espaços atuais estavam subaproveitados, isto era, a feira ou o mercado semanal, era muito pouco porque era uma manhã, e iriam dar também uma requalificação para eles poderem ser úteis nos outros dias da semana. -----

----- Colocada à admissão a Proposta “Um minuto de silêncio pelas vítimas da Pandemia Covid-19”, apresentada pela Mesa em conjugação com os Líderes dos vários Grupos

Municipais, documento identificado com o número **catorze**, foi a mesma admitida por unanimidade. -----

----- Não houve inscrições. -----

----- Colocada à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade, tendo-se, de seguida, cumprido um minuto de silêncio por todos os presentes.** -----

----- Colocada à admissão o Voto de Louvor, louvando e reconhecendo o alto valor do serviço e esforço prestado à comunidade por todas e por todos que têm estado na linha da frente no combate à presente crise humanitária, apresentado pelo Bloco de Esquerda, documento identificado com o número **nove**, foi o mesmo admitido por unanimidade. -----

----- Não houve inscrições. -----

----- Colocada à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade.** -----

----- Colocada à admissão a Moção “Reforço Serviço Nacional de Saúde”, apresentada pela CDU, documento identificado com o número **onze**, foi a mesma admitida por unanimidade. -

----- Não houve inscrições. -----

----- Colocada à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade.** -----

**2. Período de Intervenção do Público, de acordo com o estipulado pelo artigo quadragésimo segundo do Regimento da Assembleia Municipal:** -----

---- Não houve inscrições. -----

**3. Período da Ordem do Dia:** -----

**3.1. Apreciação e votação das atas n.ºs um, dois e três de dois mil e vinte:** -----

----- Colocadas à votação, foram as mesmas **aprovadas por unanimidade dos presentes nas respetivas sessões, após a retificação apresentada pela Primeira Secretária em exercício, Susana Filipa Coelho Rafael, à ata número dois, fruto de solicitação prévia à Mesa por parte do Senhor Deputado Manuel Alfredo da Rocha Maia, na página sete, na segunda linha, onde se lê “por conseguinte isso tinha causado uma espécie de...”**, deve ler-se

A

“por conseguinte, há aqui algo que causa espécie ao fixar como critério único o preço...”  
e às retificações solicitadas pelo Senhor Deputado Manuel Joaquim Meireles à ata n.<sup>o</sup> três: na página nove, quarta linha, onde se lê “vias”, deve ler-se “vidas”; na página dez, onde se lê “autocrácia”, deve ler-se “autocracia” e onde se lê “negociar”, deve ler-se “municar”. -----

**3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade municipal (alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Regimento) – documento identificado com o número quinze:** -----

----- Ninguém se inscreveu. -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

**3.3. Informação à Assembleia Municipal no âmbito do disposto no art.º sétimo aditado à Lei n.º seis/dois mil e vinte, de dez de abril, ple Lei n.º doze/dois mil e vinte, de sete de maio – sessão ordinária da Assembleia Municipal, a realizar em vinte e cinco de maio – Pandemia Covid-19:** -----

----- Inscreveram-se os Senhores Deputados: -----

**CARLA SUSANA FERNANDES RIBEIRO**, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **dezasseis**. -----

**FRANCISCO JOSÉ DE MAGALHÃES COUTO E SILVA** leu o documento identificado com o número **dezassete**. -----

**RUI LEANDRO ALVES DA COSTA MAIA** deu nota que no documento que leu, no que dizia respeito aos descontos a aplicar aos resíduos sólidos, e à água, pontos dois e três, para os meses de maio, abril e junho, referindo-se aos meses de consumo de março, abril e maio, e ao estarem agora a votar, questionou se isto não era feito a destempo e como iria ser corrigido. Se porventura estivesse a interpretar bem, solicitando uma explicação do Senhor Presidente da Câmara. Na interpretação que fez e de na sua intervenção anterior ter-se congratulado por

todo o trabalho que estava a ser feito e que era pouco, e nesta matéria, considerava que iria ser necessário fazer muito mais trabalho. Mais acrescentou que teve o trabalho de ler as propostas apresentadas em sede de reunião do Executivo Municipal pela Coligação “Um Novo Começo”, tendo verificado que havia uma distância grande no que tocava a questões de sensibilidade social, parecendo-lhe que a Câmara Municipal que o Senhor Presidente presidia tinha muito pouco tato para esta matéria. Chamou a atenção para, porque neste momento, cada vez mais e ele próprio sentia isso porque estava, tal como toda a gente, confinado a maior parte do tempo, tinha assistido como nunca a pedidos de auxílio. As pessoas surgiam nas casas a pedir dinheiro, a pedir comida. Queria, e políticas à parte, sensibilizar o Senhor Presidente da Câmara Municipal para isso, para a Câmara Municipal encontrar formas de combater uma verdadeira pandemia social. A Coligação “Um Novo Começo” apresentou em sede de reunião do órgão executivo, várias medidas, chamando a atenção para duas que lhe pareciam muito importantes: proposta de constituição de um cabaz família/medicamentos que lhe parecia fazer todo o sentido e afirmava isto na percepção daquilo que tinham sido os pedidos, quase diariamente, que as pessoas faziam às portas das casas. Não sabia se a Câmara Municipal estava suficientemente desperta para esta realidade. Era natural que não estivesse, mas também precisava de ouvir as propostas da Oposição. Também tinha sido apresentada uma proposta de abertura das cantinas sociais, a funcionar nas sedes dos Agrupamentos Escolares, não apenas para servirem os alunos, mas para servirem as populações. Já tinha sido usado esse recurso noutros Municípios, apelando à sensibilidade do Senhor Presidente da Câmara Municipal em ouvir pessoas, tão apregoada pelos jornais da Terra, sendo agora preciso que o fizesse. -----

**FERNANDO MIGUEL FERREIRA DOS SANTOS**, após cumprimentar todos os presentes, e em particular os Presidentes de Juntas, a quem saudou pelas respostas dadas nesta fase de pandemia, usou a palavra para dar o seu reparo a uma situação que entendia não ter

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large 'M' at the top, a signature below it, and another 'M' further down.

corrido de forma expectável no período do pico da pandemia. No momento em que era exigido a todos, a adoção de um espírito coletivo e num momento em que todos os órgãos de soberania demonstraram coordenação e forte ligação institucional, esse sentido nem sempre se fez sentir na Maia. Não obstante as medidas tomadas pela Câmara Municipal, esta não soube organizar e colocar em funcionamento um mecanismo que permitisse não só uma coordenação eficaz entre o Município e as Freguesias, como não foi capaz de realizar pontos de situação com as Juntas de Freguesias que resultassem numa resposta mais coordenada e abrangente. Eram inúmeros os exemplos de Câmaras Municipais que promoviam, diariamente ou semanalmente, pontos de situação com os Autarcas das Freguesias, envolvendo algumas delas as próprias Autoridades Locais de Saúde. Na Maia, isso não tinha acontecido e com certeza, oportunidades tinham sido perdidas no sentido de se alavancar as respostas dadas. Esperava que não fosse necessário terem que voltar a responder desta forma, numa hipotética segunda fase, mas esperava que a Câmara Municipal pudesse na definição da fase de desconfinamento e de resposta à crise, promover uma maior articulação e partilha de informação com as Freguesias. Essa articulação foi feita com alguns Serviços para concertar algumas ações como por exemplo as desinfeções e por um outro ofício dando indicações sobre alguns temas. Deixava esta nota, e que não fosse entendida como uma crítica, mas sobretudo como uma oportunidade de melhoria, uma vez que ainda não se sabia se poderia ocorrer uma segunda vaga desta pandemia. -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA**, após cumprimentar todos os presentes, salientou que fazia questão de intervir neste ponto para começar por agradecer a inexecedível atitude cívica dos maiatos que, no que concernia à pandemia Covid-19, através do seu comportamento, conseguiram num espaço de tempo que consideravam longo, mas do ponto de vista pandémico foi curto, transformar os números que a muitos preocupavam em números animadores para o combate a esta pandemia. Este cumprimento era também

extensível à Mesa da Assembleia Municipal e ao seu Presidente, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e aos Líderes Parlamentares desta Assembleia Municipal. Contrariamente ao que tinha ouvido anteriormente do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas, considerava que a interligação entre os grupos parlamentares com assento na Assembleia, a Mesa e a Câmara Municipal, tinha sido feita de forma exemplar. Afirmou que não sabia se outros Municípios tinham adotado a mesma metodologia de trabalho, mas na Maia, a reunião de líderes acompanhou passo a passo, com informações muito detalhadas sobre a evolução do surto pandémico e as medidas que a Câmara Municipal e o Senhor Presidente da Câmara, ao longo de tempo, foram levando a cabo. Realçou que estava convencido que a aprovação de todas as medidas em plenário, na última sessão da Assembleia Municipal, tinha sido, de certa forma, conquistada e conseguida por todos nas reuniões que supunha que a Mesa queria continuar, pelo menos até ao final do mês de junho. Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal a colaboração entre os órgãos e aos restantes Líderes afirmou que tinha sido um gosto que, perante esta situação, tivesse sido possível encontrar tantos pontos de diálogo e encontro. A ação do Município no combate à pandemia, merecia-lhe vários elogios, nomeadamente nas medidas que a Assembleia Municipal tinha aprovado, e muitas delas logo no começo desta pandemia, e que depois foram replicadas no país todo, desde centros de rastreio aos centros covid's positivo e negativo, o apoio no âmbito da educação quer na educação da competência do Município quer na educação EB2,3, que não era da competência da Autarquia e o apoio às famílias e os mecanismos que muito celeramente, adotaram. Tinha ouvido com particular apreço o Senhor Presidente da Câmara Municipal e ao repto que tinha lançado. Todos, olhando para as informações que tinha a Câmara Municipal prestado ao longo do tempo, concluíram que os maiatos, provavelmente, por falta de conhecimento pleno da globalidade das medidas e do alcance das mesmas, tinham recorrido às mesmas de uma forma muito reduzida. Na parte que dizia respeito a ele próprio e



à bancada da Coligação “Maia em Primeiro”, e em especial os Presidentes das Juntas de Freguesia, tudo fariam para divulgar estas medidas de forma mais insistente, mas pedia que o Senhor Presidente da Câmara Municipal fosse mais insistente na divulgação. Também cumprimentou os partidos políticos de espectro nacional, e enquanto português e político, não podia de deixar de cumprimentar os líderes dos mesmos pela forma não demagógica e absolutamente responsável como ajudaram o país a ultrapassar esta primeira fase de grande dificuldade. -----

**FERNANDO MIGUEL FERREIRA DOS SANTOS**, pediu a palavra para fazer a defesa da honra, salientando que o Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva não o tinha ouvido bem, dado que se tinha referido à falta de articulação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, visto que não tinha sido promovida uma única reunião e o seu reparo e a sua sugestão era em forma de recomendação. Realçou que não sabiam o que ainda vinha, sendo possível uma segunda vaga, e o seu apelo ao Senhor Presidente da Câmara Municipal era que fizesse uma articulação com as Juntas, colocando os Presidentes em articulação com o órgão executivo para assim estarem mais bem informados e mais bem preparados. -----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO**, evidenciou a sua discordância com a abordagem do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas porque considerava que tal não era coincidente com o que tinha realmente acontecido. Salientou que ele próprio, durante este período, e nomeadamente no período mais intenso, lhe tinha ligado várias vezes, recordando-se que o Senhor Presidente de Junta nunca lhe ligou. Mais afirmou que lhe tinha ligado, não só a ele, mas a todos os Presidentes de Junta. Quanto às medidas empreendidas pela Câmara Municipal, realçou que as Juntas de Freguesia tinham sido as primeiras a receber essa informação, juntamente com os Vereadores da Câmara e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Em jeito de

observação, deu nota que tinha lido num jornal e tinha também recebido um e-mail sobre uma situação aborrecida que tinha acontecido em Águas Santas, no cemitério, em que o Senhor Presidente da Junta podia, nessa circunstância, até ter partilhado com ele essa questão da cremação. A própria Câmara Municipal tinha recebido uma comunicação da Senhora em questão, tendo-lhe respondido que não tinha essa missão pública, mas como amigos e responsáveis que eram, podiam ter partilhado. Mais acrescentou que sabia que o Senhor Presidente da Junta de Águas Santas tinha ligado ao Senhor Vereador Paulo Ramalho, e só lhe estava a dar essa nota porque ele tinha falado na partilha. A partilha não se recomendava, mas sim praticava-se e nessa situação do cemitério, não houve essa partilha e a recomendação que lhe daria não teria sido aquela que foi tomada. Sobre a intervenção do Senhor Deputado Rui Leandro Alves da Costa Maia, pediu que lhe entregasse a si diretamente ou à Senhora Vereadora do Desenvolvimento Social e Bem-Estar os pedidos de ajuda referidos. Não bastava dizer que haviam pessoas que lhe batiam à porta a pedir dinheiro ou alimentação, mas sim encaminhá-las para os respetivos Serviços Camarários. As medidas eram boas e era preciso gastar e ajudar com o dinheiro aprovado e se fosse preciso, aprovariam mais. Salientou que os maiatos que necessitavam de ajuda, a Câmara Municipal, acompanhadas pelas Juntas de Freguesia, iria tratar deles. Salientou que andavam a trabalhar todos os dias para ajudar os nossos e que os outros Municípios fizessem o mesmo, que trabalhassem e ajudassem os seus munícipes. Ficava assim à espera que o Senhor Deputado Rui Leandro Alves da Costa Maia lhe mandasse os pedidos que tinha de ajuda. Em relação às cantinas sociais, informou que ainda não tinha sido nenhuma aberta porque não eram precisas. As pessoas tinham casa, e as que não tinham, a Câmara Municipal fazia de tudo para que tivessem uma habitação digna, ajudando na alimentação com cabazes de família, com medicamentos e com tudo que fosse necessário, com ajudas pecuniárias para ajudar no pagamento das rendas, ajudar a pagar a escola dos meninos, entre outras ajudas. Em relação à



intervenção do Senhor Deputado Francisco José de Magalhães Couto e Silva deu nota que estava tudo reproduzido nas informações entregues sobre os tablet's, sobre os computadores. Deu nota que iriam produzir uma quarta informação que seria entregue aos líderes dos grupos municipais desta Assembleia. Sobre o Lar do Comércio, deu nota que esta Associação para o bem e para o mal, ficava em Matosinhos e não na Maia. Mas informou a Assembleia que ele próprio, numa segunda-feira, quando na véspera tinha sido publicitado nos órgãos de comunicação que havia um problema grave, telefonou à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, sua amiga de longa data, residente na Maia, disponibilizando-se para o que fosse necessário, para ajudar a resolver o problema que ela estava a enfrentar no Lar do Comércio, dando nota que tinham o Centro de Covid Positivo no hotel, e um Centro de Covid Negativo, na Escola EB2,3 de Gueifães. Na Escola tinham cento e cinquenta camas disponíveis e no hotel oitenta e cinco quartos individuais. Não estavam todos vazios, mas ainda havia muitas dezenas de lugares. Em relação à intervenção da Senhora Deputada Carla Susana Fernandes Ribeiro, deu nota que os colaboradores dos CAF, SAF e AEC tinham um contrato com a Câmara Municipal e que a mesma o iria cumprir integralmente, honrando assim o que tinham assinado, e os mesmos iriam receber os valores pecuniários devidos. -----

**RUI LEANDRO ALVES DA COSTA MAIA**, pediu a palavra para pedir um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, dado que a primeira questão que tinha feito tinha a ver com os descontos relativamente ao tarifário dos resíduos sólidos e da água, reiterando esse pedido de esclarecimento porque na verdade tinha a sensação que estavam a decidir a destempo. Perguntou também ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se não tinha acompanhado o que se passava em termos de pedidos de apoio de alimentação, por exemplo, no Castelo da Maia, junto ao restaurante Ferradura. -----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO**, deu nota que essas questões eram de muita minúcia e de detalhe, salientando que se

o Senhor Deputado quisesse que ele o esclarecesse, ele assim o faria e o encaminharia para os respectivos Serviços Camarários. Mais acrescentou que também gostaria de saber o que se passava no Castelo da Maia, porque era hoje uma freguesia agregada e teve-a sempre como um espaço geográfico de grande qualidade de vida. -----

---- A Assembleia tomou conhecimento. -----

### **3.4. Prestação de Contas e Relatório de Gestão de dois mil e dezanove da Câmara Municipal da Maia:** -----

----- Inscreveram-se os Senhores Deputados: -----

**MANUEL ALFREDO DA ROCHA MAIA**, leu o documento identificado com o número **dezoito**. -----

**MANUEL CRISTÓVÃO MARTINS DE SÁ PIMENTA**, leu o documento identificado com o número **dezanove**. -----

**RUI LEANDRO ALVES DA COSTA MAIA** começou por se referir à imprecisão grosseira que o documento tinha na página cento e setenta e quarto: no documento era referido que a Câmara Municipal da Maia tinha pago a dívida em substituição da empresa Tecmaia, e tal não era verdade, a Câmara tinha pago a dívida em substituição dos administradores revertidos. Salientou que todos sabiam isso, a Câmara sabia disso e já tinha sido condenada duas vezes em Tribunal, considerando assim esta informação incorreta. O documento também dizia que os administradores não tinham sido indigitados pela Câmara Municipal, não, os administradores tinham sido eleitos pela Assembleia Geral de Accionistas da Tecmaia. O que se dizia tinha que ser correto e este documento era impreciso e também por isso, mas não só, se justificava a desaprovação e a apresentação, se for o caso, de voto de vencido. Questionou como se afirmava também, estando apenas a referir-se ainda a este excerto, que os processos de dois mil e doze e dois mil e treze, referentes a IVA, em fase de apreciação de recurso apresentados pela Fazenda Pública, eram para a Câmara Municipal considerados totalmente

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large 'M' and other illegible marks.

procedentes, ou seja, a Fazenda Pública recorreu, mas a Câmara Municipal considerava que não, que já estava tudo resolvido. Se assim fosse, também em relação à perda de mandato do Senhor Presidente, já essa perda tinha ocorrido. Mas não, estava suspensa até ter apreciação do Supremo Tribunal. A Câmara Municipal não se podia adiantar à justiça. Finalizou, acrescentando mais uma nota a este documento, e sobretudo em complemento àquilo que passava na comunicação social da “Terra”, dando nota que a Câmara estava cheia de dinheiro, vinte e três milhões de euros, segundo o anunciado, e tinha naquele documento, um saldo de gerência anterior de vinte vírgula seis milhões. Mais acrescentou que não se compreendia como era que assim sendo, tanto pesava sobre as famílias, sobre as pessoas a carga fiscal municipal. Bem que podia ter impostos mais baixos, favorecendo a população e mais do que isso, ter uma política de apoio social bem mais intensa do que a que tinha. O dinheiro servia na medida em que estava ao serviço das pessoas. Era preciso olhar para estas situações e começar a ter uma atitude diferente do ponto de vista da sensibilidade social. Salientou que ficava chocado com o facto de se dizer em campanha que, em dois mil e dezoito, todo o problema da habitação social da Maia estaria resolvido e estivessem numa situação de início dum processo no Bairro do Sobreiro, mas a Maia não tinha só este bairro, tinha muitos. Em relação aos passivos das empresas, que eram bastante preocupantes, e gostaria de ouvir o Senhor Presidente da Câmara Municipal a falar sobre isso, da empresa Maiambiente e da Tecmaia não sabia bem, e como tinha dito o Senhor Deputado na intervenção anterior, quando era que esta novela iria acabar. Questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara Municipal o porquê de ainda não estarem vertidas na Prestação de Contas, as explicações sobre as restantes empresas municipais, se as iriam ter e quando. -----

**CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA**, após cumprimentar os presentes, leu o documento identificado com o número **vinte**. -----

**PAULO SÉRGIO FERNANDES DA ROCHA**, após cumprimentar os presentes, leu o documento identificado com o número **vinte e um**. -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA**, sob pena de o líder parlamentar da Coligação “Um Novo Começo” dizer que estava em campanha eleitoral, deu nota que tinham um acordo para que esta Assembleia terminasse à meia noite, questionando se o Senhor Presidente da Câmara Municipal ainda iria responder a perguntas dos Senhores Deputados, ao que a Mesa anuiu. Mais acrescentou que estavam ali a aprovar um relatório de contas que espelhava bem a capacidade empreendedora do Município. A oposição vinha, fazendo algum malabarismo, proclamar que a Maia não tinha rumo nem investimento. Os Senhores Deputados, tinham lido o documento e conheciam a atividade autárquica na Área Metropolitana do Porto, ficando o desafio para que trouxessem a esta Assembleia, quais eram os Municípios que realizavam mais investimento que a Maia e já agora, quais eram os Municípios que o faziam utilizando a poupança corrente. Oitenta e sete vírgula sete por cento do financiamento do investimento no concelho era feito pela poupança corrente. Tinha visto o Senhor Deputado Paulo Sérgio Fernandes da Rocha dizer algo que o tinha preocupado, ao afirmar que as transferências do Estado para o Município eram elevadíssimas e até tinha insinuado que seriam uma espécie de dádiva do Governo Socialista ao município da Maia. As transferências do Estado para a Câmara Municipal da Maia, na sua modéstia opinião, eram curtas, não permeavam a meritocracia e mais não eram do que honrar o compromisso que o Estado tinha celebrado com a Câmara da Maia. Ele próprio tinha o Estado por pessoa de bem. Questionou se a alusão na intervenção anterior aos vinte milhões de euros de transferência do Estado, queria dizer que as transferências correntes que tinham sido de cerca de três milhões de euros e esse valor era no âmbito da DGEST, e do apoio que se prestava às escolas e desse valor de três milhões de euros, dois milhões e duzentos mil eram para a DGEST. Nas transferências de capital, havia três milhões e meio de euros e dois milhões que eram para

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large 'M' at the top, a signature in the middle, and another signature at the bottom.

pagar as escolas do Estado, quando a Câmara da Maia mais uma vez, se substituíra ao Estado nas obras. Perguntou ao Senhor Deputado se os vinte milhões de euros das transferências do Estado, que a reboque dos membros da Câmara hoje tinha descoberto, dos quais oito milhões e oitocentos e cinquenta mil de IRS dos maiatos eram uma dádiva do governo socialista e do Senhor Primeiro-Ministro e se isso queria dizer que o fundo de equilíbrio financeiro que tinha em dois mil e dezanove o montante de dois mil e dezassete, era elevado. Mais questionou se pretendia o governo do PS diminuir o FEF. Em relação ao rigor das contas, deu nota que era de uma tremenda falta de rigor, ver aquilo que tinha ali visto, de Deputados que tinham que ser responsáveis, e que não tinham recebido nesta Assembleia Municipal as contas das empresas municipais, mas que aqui não se tinham abtido de tecer cenários gigantescos sobre matérias que, pelo menos ele próprio e a sua Bancada, não conheciam e por aquilo que tinha ouvido, eles conheciam menos ainda. -----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO**, leu o documento identificado com o número **vinte e dois**. -----

**DAVID AUGUSTO DUARTE TAVARES**, após cumprimentar todos os presentes, questionou a Mesa, dado que quanto sabia era dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às perguntas que lhe eram feitas e parecia-lhe muito pouco pertinente que o Senhor Presidente viesse discutir e falar nos termos que falou sobre coisas que se tinham passado em sede de Executivo Camarário, de uma declaração de voto dos Vereadores que nada tinha a ver com esta Assembleia, que pedisse para ficar anexa à ata da Assembleia uma coisa que não dizia respeito a esta Assembleia. Todos os comentários feitos deviam ser feitos em sede de Executivo e ficar anexados à ata da reunião de Câmara e não à ata da Assembleia Municipal. Salientou que confiava na Presidente da Mesa em exercício e no rigor que impunha nestas sessões, esperando que revisse este tipo de atitudes em que não tinha respondido a nada, limitando-se a ler um documento trazido de casa, e quando a palavra

lhe era dada para responder a qualquer pedido de esclarecimento dos Deputados. Realçou que tal não tinha acontecido nesse dia. -----

**A SENHORA PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO, DRA. MÁRCIA ISABEL DUARTE PASSOS RESENDE**, esclareceu que quer os Senhores Deputados quer o Senhor Presidente da Câmara Municipal usavam o tempo que tinham da forma que bem entendessem, sem prejuízo, obviamente, de todas as críticas que cada um dos Senhores Deputados e o Senhor Presidente se sujeitavam a partir das suas próprias intervenções. -----

**RUI LEANDRO ALVES DA COSTA MAIA**, pediu a palavra para deixar à Mesa uma nota de protesto, dado que não podia aceitar que já era a segunda reunião em que as questões eram colocadas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e ele não respondia, limitando-se a ler. A Senhora Presidente da Mesa em exercício tinha dito que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha usado o tempo que tinha da forma que quisesse, mas não era isso que estava na Lei. O Senhor Presidente tinha que prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal porque ninguém ia para a sessão para estar sujeito a não ver reiteradamente cumprido o que dizia a Lei. Salientou que tinha pedido duas vezes esclarecimentos e não tinham sido dados. --

**A SENHORA PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO, DRA. MÁRCIA ISABEL DUARTE PASSOS RESENDE**, deu nota que dado o adiantado da hora, não havia condições para continuar a sessão e dado que havia pontos na ordem de trabalhos que tinham que ser aprovados com urgência, tal como tinha sido solicitado pela Câmara Municipal, sugeriu que fosse feita a votação deste ponto em discussão e dar por concluída a sessão, e seria convocada uma sessão extraordinária, na modalidade mista, com o mínimo de prazo possível de três dias, com envio de convocatória no dia seguinte, para uma sessão extraordinária, para aprovar os pontos três ponto cinco a três ponto nove. -----

----- Colocada à votação a "Prestação de Contas e Relatório de Gestão de dois mil e dezanove da Câmara Municipal da Maia", foi a mesma aprovada por maioria com

M  
J  
M

dezasste (17) votos contra, sendo treze (13) da Coligação “Um Novo Começo”, dois (2) da CDU e dois (2) do BE e uma (1) abstenção da Senhora Deputada Maria Clara da Costa Lemos. -----

**FERNANDO MIGUEL FERREIRA DOS SANTOS**, deu nota que tinha ficado perplexo com o comentário leviano que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha feito sobre uma notícia que apenas tinha tido conhecimento por um canal televisivo e se tivesse estado atento à comunicação social maiata, a reação não teria sido a mesma, fazendo de seguinte a declaração de voto: “Voto contra a prestação de contas da Câmara Municipal porque tal como já se antevia, a mesma veio confirmar a falta de investimento direto e estruturante na freguesia de Águas Santas. Aquilo que hoje o papel comprova já era sentido no terreno, facto que aliás me levou, como era sabido a ter uma posição crítica quanto às opções e plano para dois mil e vinte. Há investimentos estruturantes necessários o que aliás, diversas vezes, tenho tido a oportunidade de demonstrar ao Senhor Presidente da Câmara e que também o reconhece, mas a resposta está a ser tardia. Espero que mais uma vez a Câmara Municipal e em particular o Senhor Presidente da Câmara fiquem sensíveis a essas necessidades, e me dêem motivos para que no próximo ano, possa aqui estar com um sentido de voto contrário a este e também possa estar aqui a enaltecer os investimentos realizados. Recordo de uma forma muito sintética alguns investimentos que temos falado e que são necessários para a Freguesia, a ligação viária ao Centro Cívico, a melhoria geral da rede da Freguesia e o alargamento da Rua do Regado, alargamento da ponte de Brás-Oleiro, na Rua D. Afonso Henriques bem como o acesso à saída na Rua do Brás-Oleiro, a situação de trânsito envolvente à Escola Secundária, a pintura geral das passadeiras para a qual a Junta já se disponibilizou para ajudar. Terminando, realçando o meu apelo para que no próximo ano, tenha razões para que pudesse estar aqui com uma posição bem distinta”. -----

**FRANCISCO JOSÉ DE MAGALHÃES COUTO E SILVA** solicitou o registo de voto de vencido na ata por parte do Bloco de Esquerda. -----

**RUI LEANDRO ALVES DA COSTA MAIA**, fez a seguinte declaração de voto de vencido: “Pelas razões que invoquei expressar voto de vencido também para ficar em ata”. -----

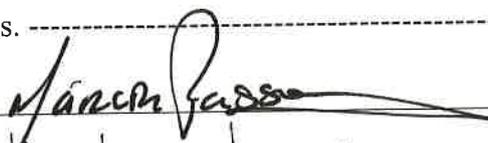
**OS DEPUTADOS DA COLIGAÇÃO “UM NOVO COMEÇO”**, fizeram a seguinte declaração de voto de vencido: “Declaração de voto. Reunião ordinária de 25/5/2020. Os Deputados eleitos pela Coligação “Um Novo Começo” vêm nos devidos termos, apresentar declaração de voto de vencido, atentas as atrocidades verificadas ao direito da oposição explanadas na declaração de voto anexa aos pontos de agenda três ponto quatro, três ponto cinco e três ponto sete que aqui deram por integralmente reproduzida e a qual subscrevemos nos mesmos termos, extensiva aos restantes pontos da agenda três ponto seis, três ponto oito e três ponto nove, com os aditamentos seguintes: primeiro – os direitos são para ser respeitados, não deve o exercício municipal haver para si o que não lhes pertence, determinam as normas e os pareceres que o direito de oposição das autarquias locais concretiza-se com o direito dos seus titulares serem ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade bem como de se pronunciar sobre quaisquer questões de interesse público relevante, ou seja, direito de serem ouvidos sobre as propostas e planos de atividade e orçamentos e direitos de se pronunciarem sobre quaisquer questões de interesse público relevante. Daqui resulta para comprovar a aplicação desta lei, a obrigatoriedade da elaboração pela Câmara Municipal de relatório de avaliação de grau de observância de respeito pelos direitos e garantias nele estabelecidos cuja obrigação e respeito não existe. A ausência sistemática de valores democráticos é uma constante impeditiva para que os titulares do direito de oposição se possam pronunciar e contribuir como lhes compete sobre matérias como prestação de contas e relatório de gestão, alteração orçamental, serviços municipalizados, mapa de pessoal, pandemia covid-19, etc.. Deste sucessivo comportamento que temos denunciado, como

valores democráticos é uma constante impeditiva para que os titulares do direito de oposição se possam pronunciar e contribuir como lhes compete sobre matérias como prestação de contas e relatório de gestão, alteração orçamental, serviços municipalizados, mapa de pessoal, pandemia covid-19, etc.. Deste sucessivo comportamento que temos denunciado, como poderemos nós refletir ou aprovar documentos desta enorme responsabilidade cuja intranquilidade nos leva até à ausência das contas das empresas municipais. Nesta conformidade iremos votar contra, deixando claro o nosso voto de vencido nos devidos termos formais. Maia, vinte e cinco de maio de dois mil e vinte. Os Deputados da Coligação “Um Novo Começo”. -----

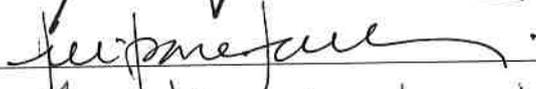
----- Dado o adiantado da hora, a sessão foi dada como terminada, com a informação de que os restantes pontos seriam votados em assembleia posterior a determinar. -----

----- E sendo zero horas e quarenta minutos do dia vinte e seis de maio, foi dada por encerrada a sessão, de que, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Márcia Isabel Duarte Passos Resende, pela 1.ª Secretária, Susana Filipa Coelho Rafael, e pela 2.ª Secretária, Maria Alexandra Leite Silva .Torres Teles Menezes. -----

A Presidente:



A 1.ª Secretária:



A 2.ª Secretária:



**Sandra Martins**

**De:** Presidente Assembleia <presidente.assembleia@cm-maia.pt>  
**Enviado:** 19 de maio de 2020 10:12  
**Para:** 'Márcia Passos'  
**Cc:** filipa.c.rafael@gmail.com; agbfernandes@gmail.com; Maria de Lurdes; sandra.martins@cm-maia.pt  
**Assunto:** PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 MAIO

Exma. Senhora  
 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal da Maia  
 Dra. Márcia Passos

Venho por este meio pedir a minha substituição por razões pessoais, na 2ª sessão ordinária da Assembleia Municipal que terá lugar no próximo dia 25 de maio.  
 Agradeço que a Dra. Márcia Passos presida à reunião.  
 Darei instruções ao secretariado para ser convocado o seguinte da Lista.  
 Obrigado e boa reunião

*O Presidente da Assembleia Municipal  
 António Gonçalves Bragança Fernandes*



Praça Doutor José Vieira de Carvalho  
 4474-006 MAIA  
 Tel:229408756  
 mail: [presidente.assembleia@cm-maia.pt](mailto:presidente.assembleia@cm-maia.pt)



## Freguesia de Castelo da Maia

Concelho da Maia

Exmo. Sr. Eng.º  
António Gonçalves Bragança Fernandes  
Presidente da Assembleia Municipal da Maia  
Praça Dr. José Vieira de Carvalho  
4470-202 MAIA

2

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**Sua referência**

**Sua comunicação de**

**Nossa referência**  
72A/10/2020

**Data**  
19/05/2020

**Assunto:** Substituição da presença na Assembleia Municipal

Eu, Manuel Moreira Azenha, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo da Maia, deputado Municipal por inerência, ao abrigo da Lei Regimental dessa Assembleia, venho pelo presente dar conhecimento a V.Exª da minha indisponibilidade, para estar presente na 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal a realizar a 25/05/2020 às 21h30m.

Face ao exposto, delego a minha presença no membro do Executivo da Freguesia de Castelo da Maia, Daniel Jorge Coelho Monteiro (Dr).

Com os melhores cumprimentos

*Com os melhores cumprimentos*

*Visto*  
*Tomás Coelho Monteiro*  
*[Signature]*  
*19-05-20*



3

**Assembleia - Maria Lurdes**

**De:** Carlos Teixeira <cteixiramaia@gmail.com>  
**Enviado:** 20 de maio de 2020 21:22  
**Para:** Assembleia - Maria Lurdes  
**Assunto:** Re: 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - 25 DE MAIO - EXTRANET

Na impossibilidade de, por motivo de doença estar presente na sessão da Assembleia Municipal a realizar no próximo dia 25 do cor. mês, solicito a V. Ex<sup>a</sup>. o favor de informar o Exm<sup>o</sup>. Sr. Presidente da Assembleia Municipal . Eng<sup>o</sup>. António Gonçalves Bragança Fernandes .  
Respeitosos cumprimentos

Assembleia - Maria Lurdes <[maria.lurdes@cm-maia.pt](mailto:maria.lurdes@cm-maia.pt)> escreveu no dia terça, 19/05/2020 à(s) 12:41:

Exmos. Senhores

Deputados da Assembleia Municipal da Maia

Serve o presente para dar conhecimento aos Senhores Deputados que a Ordem de Trabalhos assim como toda a documentação referente à 2ª reunião ordinária da Assembleia Municipal já se encontra disponível da Extranet.

Com os melhores cumprimentos.

---

Maria de Lurdes Cerqueira

Apoio à Assembleia

Ext. 8756 | [maria.lurdes@cm-maia.pt](mailto:maria.lurdes@cm-maia.pt)

Telef. +351 229 408 600 | [www.cm-maia.pt](http://www.cm-maia.pt)



## Assembleia - Maria Lurdes

**De:** Carlos Teixeira <cteixeiramaia@gmail.com>  
**Enviado:** 21 de maio de 2020 14:58  
**Para:** Assembleia - Maria Lurdes  
**Assunto:** Correção do email enviado em 21 do cor. mês de Maio

Por lapso no email que enviei no dia 21 do cor. mês, justificando a minha ausência na sessão da Assembleia Municipal a realizar no próximo dia 25, não solicitei o pedido da minha substituição. Penalizo-me por essa omissão, pela qual peço desculpa. Faço-o agora, pedindo o favor de informar o Exm<sup>o</sup>. Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que, dada a impossibilidade de estar presente por motivo de doença, proceda à minha substituição

Reiterando as minhas desculpas, agradeço toda a atenção dispensada, subscrevendo-me com a mais elevada estima e consideração.

Carlos Teixeira.

*Visto consoante a reunião,  
Aviso a justificaci.*

*[Handwritten signature]*  
21-05-20

## Sandra Martins

---

**De:** Presidente <agbfernandes@gmail.com>  
**Enviado:** 22 de maio de 2020 13:52  
**Para:** Sandra Martins; MÁRCIA Passos; Filipa Rafael  
**Assunto:** Fwd: SUBSTITUIÇÃO DO SR. DEPUTADO CARLOS SANTOS TEIXEIRA - 2ª SESSÃO ORDINÁRIA - 25 DE MAIO

António Bragança Fernandes

Início da mensagem reencaminhada:

**De:** Flávia Caseira <flaviacaseira@gmail.com>  
**Data:** 22 de maio de 2020, 13:39:39 WEST  
**Para:** Assembleia - Maria Lurdes <maria.lurdes@cm-maia.pt>  
**Cc:** presidente.assembleia@cm-maia.pt, Márcia Passos <advmarciapassos@gmail.com>, filipa.c.rafael@gmail.com, Rui Leandro Maia <ruileandromaia@gmail.com>, Sergio Gomes <gomesergio@gmail.com>  
**Assunto: Re: SUBSTITUIÇÃO DO SR. DEPUTADO CARLOS SANTOS TEIXEIRA - 2ª SESSÃO ORDINÁRIA - 25 DE MAIO**

Bom dia,

Venho por este meio informar que por motivos profissionais não poderei estar presente na Assembleia Municipal de dia 25 de maio, pelo que peço que procedam à minha substituição. Continuação de bom trabalho.

Cumprimentos,  
Flávia Caseira

Assembleia - Maria Lurdes <maria.lurdes@cm-maia.pt> escreveu no dia sexta, 22/05/2020 à(s) 09:48:

Exma. Senhora Deputada

Flávia Raquel Caseira

Por indicação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e na sequência do impedimento do Senhor Deputado Carlos Santos Teixeira (e dado ser o elemento seguinte na lista do JPP da Coligação "Um Novo Começo"), vimos por este meio convocá-la, para estar presente na 2ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal, que se realiza hoje, dia 25 de maio, a partir das 21.30, no Auditório do Fórum da Maia

Mais informo que deverá entrar em contato com o Senhor Deputado Carlos Teixeira, para este lhe entregar o tablete onde terá acesso a toda documentação.

Caso não lhe seja possível, agradecia que informasse, esta Assembleia, o mais breve possível.

Com os meus mais respeitosos cumprimentos.

---

Maria de Lurdes Cerqueira

Apoio à Assembleia Municipal

Ext. 8756 | [maria.lurdes@cm-maia.pt](mailto:maria.lurdes@cm-maia.pt)

Telef. +351 229 408 600 | [www.cm-maia.pt](http://www.cm-maia.pt)



AM  
af  
MS

## Assembleia - Maria Lurdes

---

**De:** Assembleia - Maria Lurdes <maria.lurdes@cm-maia.pt>  
**Enviado:** 25 de maio de 2020 09:46  
**Para:** 'gomesergio@gmail.com'  
**Cc:** 'presidente.assembleia@cm-maia.pt'; 'Márcia Passos'; 'filipa.c.rafael@gmail.com'  
**Assunto:** SUBSTITUIÇÃO DA SRA. DEPUTADA - 2ª SESSÃO ORDINÁRIA - 25 DE MAIO  
**Anexos:** CONVOCATÓRIA- 2ª ORDINÁRIO. EM 25 DE MAIO 2020.docx; EDITAL - 2ª SESSÃO ORDINÁRIA. EM 25 DE MAIO 2020.docx; ORDEM DE TRABALHOS - AM 25 MAIO.pdf



Exma. Senhor Deputado  
Sérgio Gomes

Por indicação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e na sequência do impedimento da Senhora Deputada Flávia Caseira (e dado ser o elemento seguinte na lista do JPP da Coligação "Um Novo Começo"), vimos por este meio convocá-lo, para estar presente na 2ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal, que se realiza hoje, dia 25 de maio, a partir das 21.30, no Auditório do Fórum da Maia  
Caso não lhe seja possível, agradecia que informasse, esta Assembleia, o mais breve possível.  
Com os meus mais respeitosos cumprimentos.

---

Maria de Lurdes Cerqueira

Apoio à Assembleia Municipal

Ext. 8756 | [maria.lurdes@cm-maia.pt](mailto:maria.lurdes@cm-maia.pt)

Telef. +351 229 408 600 | [www.cm-maia.pt](http://www.cm-maia.pt)





AM  
[Handwritten signature]  
[Handwritten signature]

Exmo. Sra. Presidente em substituição da Assembleia Municipal da Maia,

Ex.mas Secretarias da Assembleia Municipal da Maia

Exmo. Senhor Presidente da Camara Municipal da Maia,

Ex.mos Srs. Vereadores aqui presentes

Ex.mos Senhores Deputados, Exmo. Publico aqui presente e que nos vê lá em casa

---

Num momento em que o país começa a desconfinar perante uma pandemia que atacou o país e o nosso concelho de forma avassaladora, e sabendo que é uma realidade que continua a fazer parte do nosso dia a dia não pode a coligação “Maia em Primeiro” deixar de se congratular pela forma como o executivo municipal e a sua vereadora responsável souberam trabalhar nas respostas aos dois setores que mais foram afetados pelo COVID 19: a Saúde e a Educação.

A obrigatoriedade do ensino a distância, imposta pelo COVID 19, implicou a necessidade imperiosa de criação de condições para que todos os alunos pudessem e devessem fazer parte ativa deste processo, não pondo em causa a continuidade e evolução do seu percurso académico.

Uma atitude tornou-se mais premente pelo facto de que, por parte da tutela e ao contrário do que inicialmente foi tornado público, não ter havido qualquer entrega de equipamento aos alunos que frequentam as escolas da Maia.

Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, a Câmara Municipal da Maia faz! E por isso concebeu e implementou o programa “Maia Scholl 4 All”, com a parceria dos agrupamentos de escolas e da FAPEMAIA, procurando uma forma de garantir o acesso a conteúdos no ensino à distância e atividades a todos os alunos maiatos dos 7 agrupamentos de escolas do concelho.

A Câmara Municipal da Maia, disponibilizou 654 tablets e 300 acessos à Internet aos alunos do 1º ciclo que manifestaram tal necessidade junto dos agrupamentos de escolas.

Nos 2º e 3º ciclos e secundário, sabendo que os agrupamentos se debatem com a dificuldade de proporcionar condições igualitárias e de equidade aos seus alunos, por não possuírem equipamentos de natureza informática em número suficiente para responder às situações de carência identificadas, a autarquia, mais uma vez se mobilizou, para fazer face à inercia constatada por parte da tutela .

Assim, apelou, e conseguiu, a participação cívica do tecido empresarial do concelho, a que se juntaram empresas de outros concelhos, por considerarem a iniciativa de relevo, cedendo, em regime de empréstimo ou doação, equipamentos informáticos destinados aos alunos destes ciclos.

Foi possível angariar e responder a 80% das necessidades identificadas, 438 computadores num total de 549 equipamentos, estando a aguardar a entrega de computadores por parte de três empresas. A adidas acabou de entregar 60 ao Agrupamento de Escolas do Castelo.

Apesar do investimento efetuado pelo Município da Maia na literacia informática, a multiplicidade de plataformas usadas levou a que fosse criada uma linha de apoio diária, para responder às questões levantadas neste âmbito, assim como questões de ordem técnica.

Tendo por objetivo salvaguardar o bem-estar dos nossos alunos, procurando minimizar o seu afastamento e as respetivas atividades desenvolvidas em contexto escolar, destaca-se, ainda no “Maia Scholl 4all” a plataforma “Participa +” que inclui conteúdos como “Atividades em Família” e o “Testa o teu conhecimento”. Acrescem atividades no âmbito da Atividade Física e Desportiva, Música, dança ou escrita, sempre numa perspetiva eminentemente lúdica, formativa e cultural.

Neste esforço, também não foram esquecidas as crianças com necessidades especiais de educação e, na impossibilidade de dar continuidade ao programa Desafios para a Equidade na Educação na íntegra, foi possível disponibilizar uma sessão semanal de musicoterapia, por vídeo conferência. Esta sessão é personalizada a cada um dos grupos dos centros de apoio à aprendizagem.

A Autarquia está, também, a cumprir todas as obrigações decorrentes da pandemia: serviço de refeições escolares para os educandos dos profissionais de saúde e segurança; serviço de refeições para alunos dos escalões A e B e serviço de transporte escolar para os alunos do 11º e 12º ano que iniciaram atividade letiva presencial.

Este esforço da autarquia permitiu que os jovens maiatos pudessem ter todas as condições para continuarem o seu percurso educativo, agora “que a Escola está em casa”. Nesta, como em todas as outras frentes, a Câmara Municipal tem sido célere, afirmativa e criativa no apoio a toda a comunidade.

Senhora presidente, senhores deputados, apesar dos tempos difíceis que assolam o país e o nosso concelho, a educação na Maia continua no bom caminho. Sabemos que nunca é um processo fechado e que muito continua sempre por fazer. No entanto, sabemos que todos os agentes do processo educativo maiato estão comprometidos nesse desiderato, que é a defesa do bem-estar das famílias e, por isso, a defesa do superior interesse das nossas crianças e jovens.

A Educação tem de ser um projeto de TODOS, mas, onde TODOS têm de estar comprometidos.

**DISSE**

**A Coligação “Maia em Primeiro”.**

Exmo Sr Presidente da Mesa da Assembleia:

Senhoras Secretárias:

Senhor Presidente do Executivo e Senhoras e senhores vereadores

Senhoras e senhores deputados, Caros Presidente de Junta

Caríssimos Maiatos

Vivemos sem dúvida tempos atípicos, verdadeiramente conturbados, preocupantes. O bem estar das famílias maiatas, está obviamente posto em causa com os sucessivos estados de emergência e agora de calamidade que se impõem na prevenção à Covid-19. Medidas inquestionavelmente necessárias e urgentes.

Contudo preocupam à minha bancada os mais frágeis, preocupam-nos as nossas crianças, os alunos das nossas escolas. Compete-nos enquanto eleitos trabalhar no sentido de diminuir as disparidades sociais, dar acesso equitativo a todos os alunos maiatos independentemente dos recursos financeiros de cada família. Nestes tempos de mudança, de encerramento de escolas, de encerramento das componentes de apoio à família (SAF's e CAF's), as disparidades acentuaram-se.

Que plano está previsto pela autarquia aquando da reabertura destas componentes de apoio às famílias? Não poderão ser criadas para estas férias, atividades gratuitas, tipo campo de férias das quais possam beneficiar um maior número de famílias, apoio direcionado para o regresso ao trabalho dos pais o que gera indubitavelmente rendimento.

As famílias vivem um drama, onde deixar os filhos, para regressarem ao trabalho? O vulgo ATL escolar de férias funcionará?

**A Autarquia anunciou em comunicado de imprensa que fechou as contas de 2019 com um saldo de gerência de 23,4 milhões de euros e uma redução de dívida de 20% face ao exercício anterior” a 17 de Maio.**

A minha questão ao executivo é muito simples, uma câmara que apregoa um excedente financeiro de 23,4 milhões de euros, apenas **cria um programa de Emergência Social que totaliza 450 mil euros, dos quais apenas 300 mil são destinados exclusivamente a famílias residentes no concelho da Maia, não chega a meio milhão de euros,**

**não poderia este executivo ter ido mais longe na ampliação dos critérios para alargar o acesso destes apoios a um maior número de famílias maiatas?**

Em tempo que o off está, infelizmente, na moda. Veja-se o lay-of. As medidas anunciadas não podem ser SHOW OF, nomeadamente as de apoio às famílias maiatas. Têm que se concretizar em apoios que tenham em conta a realidade das famílias residentes no concelho.

Tenho dito.

Carla Dias




**COVID'19 – Creches e Pré-Escolar**  
**Período de Antes da Ordem do Dia**

Exma. Sra. Presidente em Exercício,  
Exmas. Sras. Secretárias,  
Senhor Presidente da Câmara Municipal,  
Senhoras e Senhores Vereadores,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Caros maiatos presentes e que nos acompanham à distância via redes sociais,

O nosso dia-a-dia, a forma como nos relacionamos uns com os outros e com as instituições, a forma como trabalhamos ou estudamos, foram brutalmente alteradas devido ao surto de COVID-19.

Com o intuito do tão comentado achatamento da curva, estabelecimentos fecharam e recorreram a lay-off, as crianças e jovens ficaram em casa estudando a partir dela, o trabalho presencial deu, muitas vezes, lugar ao teletrabalho o álcool-gel e as máscaras passaram a fazer parte do nosso quotidiano, expressões como “estado de emergência”, “confinamento”, “plano de contingência” ou zaragatoa passaram a fazer parte do nosso léxico diário.

Por ora, a reabertura gradual dos estabelecimentos, o regresso ao trabalho presencial, o regresso à escola dos alunos em ano de exame e a reabertura das creches tentam dar ao país um aparente estado de normalidade.

Procedeu-se já, de acordo com o Plano de Desconfinamento aprovado pelo Governo à abertura das Creches, reabrindo a 1 de Junho todos os estabelecimentos de pré-escolar.

De acordo com o documento aprovado pelo Governo, antes da reabertura, todas as instituições devem atualizar os seus planos de contingência, incluindo os procedimentos a adotar perante um caso suspeito de Covid-19 e a definição de uma área de isolamento.

Constrangimentos de acesso às instalações, constantes desinfeções com produtos próprios, equipamentos específicos de proteção individual são uma realidade nova para estas instituições.

Todas estas regras, para as instituições cujos recursos são muitas vezes parcos, representam um avultado investimento que, somado à redução de mensalidades e algumas desistências de frequência as poderão tornar financeiramente insustentáveis.

Para os seus profissionais, para além do constante receio que responsabilmente sentem, esta realidade representará para todos um brutal aumento do volume de trabalho.

Estes profissionais, quando alocados à tipologia “creche”, foram testados antes da abertura dos estabelecimentos, coisa que não aconteceu com os profissionais alocados ao pré-escolar que muitas vezes partilham os mesmos espaços. Sobre esta matéria, o Governo pouco ou nada teve ainda a dizer.

Durante este mês de Maio, as famílias podem ainda manter o apoio excecional para cuidar dos seus filhos por motivo de encerramento das escolas, facto que já no próximo mês de Junho deixará de ser possível.

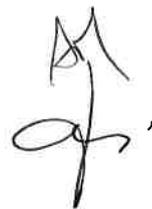
Nesta matéria, a mitigação dos efeitos e consequências deixou de ser uma prioridade para o Governo, que obrigará os pais a voltarem a trabalho deixando os seus filhos na creche por muito que muitos quisessem ter a liberdade de escolher manter-se com os seus filhos em casa, protegendo-os assim a si mesmos e aos outros.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Para a Câmara Municipal da Maia, as crianças e as famílias são, como sempre, uma prioridade como facilmente se comprova com aprovação do Plano Municipal de Emergência Social\_Covid'19 em que se concede às famílias a possibilidade de obter apoio para pagamento das mensalidades das creches, entre outros encargos.

Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente da Câmara Municipal,


Porque, muito mais poderá ser feito quer pelas famílias, quer pelas instituições do nosso concelho para que se mantenham dinâmicas e sustentáveis e sabendo que, como é seu apanágio, o município da Maia sempre se preocupou, de forma bastante evidente, em dota-las dos meios e recursos necessários para que prestassem um apoio de excelência aos maiatos, questiono se o executivo tem ainda planeadas quaisquer medidas concretas destinadas às famílias com crianças em idade pré-escolar e às instituições que nessa área trabalham por forma a mitigar os efeitos económicos e sociais do COVID-19 na nossa Maia.

Tenho dito.

*Maia, 25 de maio de 2020*

Exma. Sra. Presidente interina da Assembleia Municipal da Maia e Sras. Secretárias

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Maia e Srs. Vereadores presentes

Exmas. Sras e Srs Deputados,

Estimados maiatos,

Este tempo de pandemia e de recolhimento social infelizmente não foi seguido por todos e os amigos do alheio continuaram e continuam a agir com demasiada liberdade e a trazer mais e maiores dificuldades aos Maiatos.

Os quais, para além de verem os seus rendimentos diminuídos, verem a educação dos seus filhos a andar para trás, os seus empregos a desaparecerem, a sentirem o receio natural de estarem e de cuidarem dos seus, ainda se vêm a braços com situações dramáticas de assaltos às suas habitações, aos seus automóveis e às suas lojas...algumas vezes em pleno dia!!!

Ora, embora exista, por parte das forças de segurança, um esforço, muitas vezes para além do que seria o normal, no combate a este flagelo, o que é verdade é que as mesmas continuam a debater-se com uma escassez de meios, quer humanos, quer materiais, gritante.

Por via disto, agravado com a maior dispersão de meios para o combate à situação extraordinária como é a que vivemos, torna-se humanamente impossível estar em todo o lado ao mesmo tempo e proceder a um combate eficaz à criminalidade.

Infelizmente, tem vindo a ser notícia, quer nos meios de comunicação social locais, quer através dos Maiatos nas redes sociais, que os furtos a veículos tem aumentado em algumas zonas do Concelho e apesar de um conjunto de indivíduos ter sido já detido e acusado pela prática de furtos deste tipo e pela receptação dos objectos furtados, estes continuam a ser praticados e com certeza as peças a serem adquiridas por gente sem escrúpulos e que alimenta esta criminalidade.

Assim, esperemos que não tenha que existir uma pandemia de crime para que seja feito o reforço dos meios humanos e materiais nas forças de segurança, tal como nestes tempos aconteceu com o Serviço Nacional de



Saúde e que se previna antes de se remediar, até porque a crescente falta de rendimentos e o consequente aliviar de custos por parte de privados e empresas, muitas vezes reflectido na sua segurança, aguçar o engenho e a oportunidade dos amigos do alheio.

Nesta medida é preciso que o Governo e o Ministério da Administração interna não veja na crise económica uma desculpa, mais uma, para fugir às suas responsabilidades e que, em medida idêntica à adoptada para fazer face às deficiências humanas que apresentava o SNS, possa preventivamente e para a Maia já remediando, dotar as forças de segurança do concelho de recursos humanos e materiais que possam sustentar o aumento dos índices de criminalidade, dando assim maior segurança aos Maiatos.

Aliás, se o MAI dotar a Maia com os mesmos efectivos que comparativamente existem no concelho vizinho de Matosinhos já seria um grande upgrade de matéria humana para um crescente aumento de segurança.

De facto, pelo menos na PSP, nos últimos anos têm saído da divisão da Maia entre 2 a 3 agentes por ano, sem que este número coincida com o mesmo número de entradas, o que é deveras preocupante...

Dentro deste cenário a Coligação Maia em Primeiro pretende questionar o Executivo Municipal e, nesta Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara sobre que desenvolvimentos existem para a “nova” esquadra da PSP na Maia, o que tem feito o Executivo no sentido da sua mais célere concretização e qual tem sido a resposta do Governo e, neste caso, do Ministério da Administração Interna.

Gostaríamos ainda de saber se antes da conclusão das novas instalações, o MAI pretende alocar para a Maia mais recursos humanos e materiais e se já existe alguma perspectiva sobre se com o novo edifício tais recursos humanos serão uma realidade efectiva ou se iremos ter instalações novas e os mesmos efectivos, ou seja, um edifício novo e bonito mas as mesmas condições ao nível do combate à criminalidade e a todas as outras valências que, neste caso, a PSP tem vindo a fazer, e bem...

Por fim, dentro destas valências, uma delas é de extrema importância, que é a Escola Segura, a qual também está no limite em sede de recursos materiais e gostaríamos também de questionar o Sr. Presidente se o

Handwritten signature or initials in the right margin, consisting of three distinct scribbles or marks.

Executivo tem conhecimento desta realidade e se directamente ou através de contactos com o MAI está previsto algum apoio para que as nossas escolas sejam cada vez mais um lugar onde os pais se sintam confiantes em deixar os seus filhos e as futuras gerações de Maiatos...

Disse...

Handwritten signature and initials in black ink, located on the right side of the page. The signature is a cursive name, and there are several initials or marks above and below it.



## SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL E PRIMEIRO DE MAIO

Em pleno período de estado de emergência ocorreram duas datas que, para o Bloco de Esquerda, não podem deixar de se assinalar nesta sessão. A primeira que ocorre com solenidade e ambiente condizentes com o respeito e reconhecimento que o 25 de Abril e o Primeiro de Maio nos merecem. Bem sabendo que para alguns desejavelmente seriam esquecidas. E não esquecemos porque temos memória. Em nome daqueles que soçobraram à ignomínia de uma ditadura fascista e também em nome daqueles que anos e anos a fio têm vindo a reclamar condições de trabalho dignas.

Em resultado de uma nova forma de viver e assumir a política e a governação, o Serviço Nacional de Saúde apesar de todos os ataques claros e encapotados, veio provar nos tempos de hoje, a sua importância e a necessidade crescente de maior investimento público em detrimento de transferências para o sector privado. Considerando-o como uma das conquistas de Abril esta é também, pela sua existência e vitalidade, uma forma de celebrarmos esta data inesquecível para a grande maioria dos portugueses.

Contrariamente aos arautos da desgraça o Primeiro de Maio comemorou-se dentro dos condicionalismos que as condições sanitárias exigiam. Por maioria de razão este Primeiro de Maio não poderia deixar de ser comemorado pelo efeito agregador de um grande número de trabalhadores que viram a sua situação profundamente alterada. A agravar a situação de emergência social, houve uma severa destruição de postos de trabalho. Em consequência, o desemprego aumentou e tem vindo a acentuar-se a precarização das relações de trabalho. Mesmo as pequenas empresas, muitas delas constituindo o único recurso financeiro económico das famílias que as detém são afetadas. Neste quadro são de condenar as práticas de empresários que abusando das medidas de emergência, aderindo ao lay off simplificado, exploram miseravelmente os seus trabalhadores, com ameaças de despedimento. Não é de todo despiendo que se reclamem políticas que garantam emprego estável e salários condignos. Nas suas opções o governo tem de apostar claramente no investimento público como força motriz de um novo ciclo económico de crescimento e desenvolvimento. De forma a diminuir os riscos generalizados de empobrecimento.

O Bloco de Esquerda continua a reafirmar a sua luta pelos valores de Abril e também lutará para que todos os trabalhadores atinjam os seus objetivos de dignificação do seu esforço.

**25 DE ABRIL SEMPRE. VIVA O PRIMEIRO DE MAIO.**

**Grupo Municipal do Bloco de Esquerda da Maia**



Unanimis

## Voto de louvor

Na grave crise humanitária, provocada pelo COVID 19, tem sido evidenciada a importância do trabalho e empenho de muitas cidadãs e muitos cidadãos para enfrentar e minimizar as consequências da pandemia. Há, naturalmente, quem se tenha colocado na linha da frente e, por isso, merece natural destaque. A saber:

- Desde logo, todas e todos as/os profissionais do Serviço Nacional de Saúde que tudo têm feito e conseguido para que não ocorra o colapso do sistema;
- Profissionais das Polícias, dos Bombeiros, do Exército, do Ensino, Cuidadoras e Cuidadores, Voluntárias e Voluntários;
- Profissionais do sector de higienização de instalações, com particular incidência no meio hospitalar;
- Profissionais da rede assistencialista dos lares, residências seniores e outros equipamentos do género para acompanhar e monitorar a situação dos seus utentes;
- Trabalhadoras e Trabalhadores das plataformas logísticas, dos transportes, das empresas relacionadas com os fornecimentos de vária ordem, desde produtos farmacêuticos e alimentares aos serviços de gás e eletricidade, que têm vindo a assegurar respostas às necessidades das cidadãs e dos cidadãos;
- Investigadores nacionais e empresas que têm posto a sua perícia e conhecimento ao serviço de toda a comunidade, para estudar/projetar soluções que rapidamente sejam disponibilizadas para utilização imediata (ex. ventiladores CEiiA Matosinhos);
- Trabalhadoras e trabalhadores da Câmara Municipal da Maia e das Empresas Municipais pela capacidade de adaptação às novas formas de trabalhar, permitindo responder superiormente às necessidades das e dos munícipes.

Por tudo o que está dito atrás, a Assembleia Municipal da Maia, reunida na sua 2ª Sessão Ordinária, de 25 de maio de 2020, delibera louvar e reconhecer o alto valor do serviço e esforço prestado à comunidade por todas e todos que têm estado na linha da frente no combate à presente crise humanitária.

Este voto de louvor, a ser aprovado, deverá ser remetido para a Câmara Municipal, para a Presidência e Assembleia da República, bem como para a Comunicação Social.

**Grupo Municipal do Bloco de Esquerda**



2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia – 25 de Maio de 2020

## Período Antes da Ordem do Dia

### MERCADOS E FEIRAS

No âmbito do seu contacto habitual com as populações e actividades do concelho, os eleitos da CDU visitaram, na manhã de hoje, o Mercado do Castelo da Maia, reaberto hoje mesmo ao comércio de frutas e legumes e outros produtos frescos.

Como pudemos verificar, a reabertura progressiva observa um plano de contingência com regras estritas e foi planeada com a cooperação das autoridades de Saúde, a colaboração da Associação de Feirantes e a fiscalização da Polícia Municipal.

Foi possível testemunhar que, de um modo geral, os comerciantes presentes, alguns dos quais são também produtores agrícolas, estão satisfeitos com o regresso à sua actividade, tanto mais que esta é, na generalidade dos casos, o seu sustento e o sustento das suas famílias.

Registámos, no entanto, que nem todos tinham sido avisados pelos Serviços do Município para a reabertura do mercado, assim como não estavam informados da isenção de taxas e licenças até ao final do corrente ano.

Confirmámos, por outro lado, que, na generalidade dos casos, os apoios do Estado destinados a minimizar as perdas de rendimento devidas à suspensão da sua actividade por mais de dois meses, devido às medidas contra a Covid-19, foram manifestamente insuficientes.

Tal verificação confirma a justeza da proposta apresentada pelo Grupo Municipal CDU na sessão de 9 de Abril, no sentido de que, além da isenção de taxas e licenças, o Município lançasse um plano urgente de apoio financeiro aos comerciantes e feirantes destinado a cobrir a perda de rendimentos impostos pelo encerramento dos mercados e feiras que os apoios do Estado não cobrem.

Para a CDU, os mercados e feiras são infra-estruturas de abastecimento estratégicas, desde logo em ordem a colocar os consumidores directamente em contacto com muitos pequenos produtores agrícolas – da Maia e de concelhos vizinhos – que têm nestes espaços geridos pelo Município a oportunidade de escoar os seus produtos frescos e geralmente a preços muito mais vantajosos para os compradores.

A reabertura progressiva dos mercados e feiras – e concretamente do Mercado do Castelo – recoloca na ordem do dia um problema central nas condições em que se encontram os feirantes e comerciantes e em que são servidos os consumidores.

AM  
Jus  
P



De facto, é necessário proceder a obras urgentes de conservação e mesmo de reestruturação nomeadamente deste mercado, tendo em vista a melhoria das condições de higiene, salubridade e segurança da actividade dos comerciantes e da circulação e compras dos consumidores.

Não basta reparar pavimentos, tectos e rebocos e pintar paredes; é necessário repensar a própria densidade da ocupação de bancas e as dimensões dos espaços de circulação; é necessário tratar a própria imagem dos espaços; é fundamental devolver aos comerciantes a sua própria auto-estima, para que invistam mais na qualidade dos produtos e dos serviços; vital promover os mercados e feiras da Maia junto da população.

Justamente numa sessão em que discutimos as Contas e a Gestão do Município e no dia em que o Município inicia a reabertura dos mercados e feiras, é importante denunciar a incúria e o desleixo com que o Executivo continua a tratar esta área e este mercado.

(Ainda hoje encontramos uma parte do bloco destinado a talhos (e peixarias) transformado em arrecadação de madeiras, “monstros” e materiais e produtos de limpeza!).

Os números – muito crus – aí estão para o confirmar: em 2019, a execução do orçamento para mercados e feiras, aliás ridículo e ofensivo, foi de zero – zero por cento, zero euros, zero cêntimos! Nem sequer os miseráveis dez mil euros previstos para o Mercado de Pedras Rubras foram cumpridos.

Disse.

AM  
dfs  
R



Unanimis

M

11

3

2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia – 25 de Maio de 2020

## Período Antes da Ordem do Dia

### MOÇÃO

#### REFORÇO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

A presente pandemia gerada pelo coronavírus SARS-CoV-2 colocou em evidência a extraordinária importância estratégica do Serviço Nacional de Saúde (SNS), como garante, para todos os cidadãos, do acesso a prestações de cuidados de saúde e como a resposta robusta às emergências e crises sanitárias como esta crise de Covid-19.

Independentemente de falhas e insuficiências observadas, a generalidade dos portugueses reconhece que, sem a competência, a dedicação e a capacidade de sacrifício de milhares e milhares de profissionais de saúde do SNS, sem os elevados níveis de diferenciação técnica e tecnológica e de capacitação clínica e científica baseados no SNS, não teria sido possível enfrentar uma crise com a severidade da de Covid-19, cuja duração e cujas consequências ainda hoje não é possível medir.

No entanto, para além das manifestações de gratidão sincera de muitos portugueses e do apreço e reconhecimento institucionais por parte de autarquias, forças políticas e organizações da sociedade civil, importa salientar a necessidade de reforço do Serviço Nacional de Saúde, melhorando as suas condições de atendimento e assistência em geral, corrigindo as suas insuficiências e preparando-o ainda melhor para a eventualidade de novas epidemias ou mesmo pandemias.

Assim, a Assembleia Municipal da Maia, reunida em 25 de Maio de 2020, delibera:

1. Expressar o seu apreço pelo trabalho dos profissionais e pela resposta das estruturas locais, regionais e nacionais do SNS à crise de Covid-19, assim como pelo trabalho realizado por outros profissionais e voluntários nas áreas da emergência pré-hospitalar, da proteção civil e da segurança pública e respetivas instituições.
2. Manifestar o seu apoio às iniciativas que visem o reforço das transferências do Orçamento do Estado para o SNS, não só para satisfazer os encargos adicionais impostos pela crise pandémica, mas também para robustecer as suas estruturas e serviços e melhorar as suas respostas.
3. Apoiar as iniciativas que visem o investimento na modernização e aprofundamento das capacidades de diagnóstico e terapêutica e em investigação científica e clínica, bem como do incremento da especialização de médicos e enfermeiros e da formação contínua dos profissionais de saúde.



4. Apoiar as iniciativas destinadas ao reforço dos recursos humanos do SNS, de garantia da estabilidade profissional, de valorização das carreiras e dos salários dos diversos grupos profissionais.
5. Salientar a importância da criação e manutenção de reservas estratégicas de material de proteção individual para os profissionais de saúde e para os utentes do SNS, bem como de produtos de desinfeção e higienização.
6. Destacar em particular a necessidade de garantia de cobertura da população com testes de pesquisa do coronavírus SARS-CoV-2 e de testes serológicos e de outras medidas que as autoridades sanitárias venham a considerar necessárias.
7. Apoiar as medidas destinadas ao alargamento do número de camas de agudos e de cuidados intensivos, de cuidados continuados e de cuidados paliativos, bem como ao aumento da dotação das verbas destinadas à saúde mental e, em particular, à garantia de existência de pelo menos um psicólogo em cada centro de saúde/unidade de saúde familiar.
8. Dar conhecimento da presente Moção ao Senhor Primeiro-Ministro, à Senhora Ministra da Saúde, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e às ordens profissionais e sindicatos dos profissionais de Saúde.

Maia, 25 de Maio de 2020

Os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária



IVO MANUEL DA COSTA PINHEIRO

Assembleia Municipal da Maia

Reunião Ordinária de 25 de Maio de 2020

Intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia

Exma. Sra. Presidente em exercício da Assembleia Municipal da Maia,

Exmas. Sras. Secretárias da Mesa da Assembleia,

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Maia,

Caras e Caros Colegas Deputados,

Exmas. Sras. e Srs. Vereadores da Câmara Municipal,

Estimado Público que assiste aos trabalhos aqui e em casa.

É com prazer e muita satisfação que hoje me dirijo à Assembleia Municipal aqui reunida, após o levantamento do estado de emergência, e criadas as condições para que, presencialmente, possamos novamente reunir.

E desde já, Sra. Presidente em exercício da Assembleia, quero salientar o trabalho desenvolvido e a forma como foram salvaguardados os pressupostos de segurança para que esta reunião fosse possível.

As minhas primeiras palavras são de agradecimento, e vão para o executivo e toda a comunidade municipal, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, pela

forma ímpar com que estão a lidar com este terrível vírus que nos afetou a todos.

Em Março, a Câmara Municipal da Maia comunicou, e bem, que ia encerrar o Ecocaminho da Maia tal como fez com outros equipamentos municipais.

A grande concentração de pessoas ao longo deste percurso, e os perigos daí decorrentes, aconselhava a que o município encerrasse e vedasse ao público o Ecocaminho, e assim foi.

Após o levantamento do estado de emergência e a entrada em vigor do estado de calamidade, a CMM decidiu reabrir o Ecocaminho, tal como fez com outros equipamentos municipais.

Contudo a autarquia, relembra, e bem, que a pandemia ainda não está debelada pelo que um severo conjunto de regras e de procedimentos são estritamente necessários serem praticados pelos utilizadores por forma a que se mitiguem as possibilidades de contágio.

Neste tempo de primavera que desfrutamos, caminhar e praticar exercício físico são bens em si mesmos mas a sua prática tem de ser levada a efeito com cautela quando em espaços abertos à comunidade.

Sr. Presidente da Câmara,

A linha que V. Exa. prossegue neste difícil contexto e a corajosa decisão em particular de reabrir este espaço de lazer está a ser muito apreciada pelos maiatos, como pude constatar na visita que fiz com a minha família ao local.

Claro está, que este tipo de medidas só é possível com uma Vereação forte, unida e competente.



Neste difícil contexto não posso deixar de enaltecer o apoio dos Serviços e da Polícia Municipal, que têm salvaguardado a manutenção e a segurança daquele magnífico espaço.



A Qualidade de Vida tem sido um dos aspetos da gestão municipal que V. Exa tem vindo, desde há muitos anos, a desenvolver, sendo uma preocupação que está sempre presente no seu dia a dia de trabalho.

Ora, o Ecocaminho é uma parte importante deste processo. A primeira fase, com 2,8 Km, foi aberta no feriado municipal de julho de 2015 e a segunda fase, com 1,5 Km, em fevereiro de 2019. Temos, assim, e em poucos anos, um excelente corredor dedicado à fruição pública que constitui um forte e importante contributo para o bem-estar físico e emocional das nossas Gentes.

Mas a ambição que V. Exa coloca na sua atividade faz com já tenha planos bastante avançados para levar a Ecopista desde Mandim até ao centro do Castelo da Maia, num percurso e trajeto com caracter bastante distinto do existente.

Será, Sr. Presidente, que nos vai presentear com essa obra ainda no decurso do próximo ano?

Por fim, e recentrando o objeto desta minha intervenção, renovo os meus agradecimentos pela forma atenta, diligente, assertiva e atempada com que atuou em toda esta crise de efeitos não conhecidos e de difícil combate.

Mas a sua atuação está em linha com o que desde sempre lhe constatámos: trabalho, esforço e dedicação ao nosso Município.

Daí que a Maia pode estar ciente e bem segura do rigoroso e empenhado trabalho que V. Exa desenvolve na liderança da nossa Câmara Municipal e do nosso Município.

Em nome da coligação MAIA EM PRIMEIRO é este registo de agradecimento e de absoluta confiança que gostaria de deixar.

Muito obrigado.



Exma. Senhora Presidente em exercício da Assembleia Municipal da Maia e demais elementos da mesa,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia e demais membros do executivo aqui presentes,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Caros maiatos,

Os tempos de pandemia em que vivemos, nos últimos 3 meses, colocou desafios que nunca, nenhum de nós, teve oportunidade de enfrentar.

Ao nível da resposta pública, de um momento para o outro, surgiram necessidades cujas respostas foram, e são, prementes, nos diversos níveis de governação. Com a resposta à crise sanitária a ser dada, rapidamente foi necessário atender, também, uma crise social com características únicas, e que, infelizmente, terá vindo para ficar, durante algum tempo.

É nesse contexto que a coligação “Maia em Primeiro”, não pode deixar de enaltecer o trabalho desenvolvido pelo Município da Maia e pelas diversas freguesias do concelho, que uniram esforços com instituições, associações, empresas e outras forças vivas e cidadãos, que se mobilizaram, para suprir as necessidades e dar uma resposta verdadeiramente social e solidária, quantas vezes invisível, mas, sobretudo, eficaz.

Porque estamos numa Assembleia Municipal, cumpre-nos escrutinar o trabalho da Câmara Municipal e, desde logo, enaltecemos esse trabalho pela filosofia transversal à implementação das medidas, assente na equidade. Efetivamente, conceder o apoio que é devido e necessário a cada um,

respeitando a igualdade de direitos e a igualdade de oportunidades, é a melhor forma de alcançar a justiça social e diminuir as desigualdades.

Dentro desta filosofia, queremos congratular o executivo municipal pela implementação das medidas de apoio social e socioeconómico, que foram elencadas nas informações que o Senhor Presidente da Câmara remeteu a esta assembleia, e que englobam variadas respostas, dignas de registo, pela segurança e confiança que geraram, e continuam a gerar, na população maiata mais afetada pelas crises derivadas da pandemia de COVID-19.

Assim, desde o Programa Social de Apoio #FiqueEmCasa, ativado em março, ao reforço dos programas de apoio e ajuda alimentar, passando pelas medidas de apoio socioeconómico (que ajudam as empresas a suportar o impacto económico da pandemia e visam assegurar a preservação do emprego e a manutenção do tecido empresarial do concelho), os maiatos encontraram uma resposta muito competente e que teve em conta as especificidades e carências que foram surgindo no nosso concelho, que complementou aquelas que foram tomadas no âmbito nacional,

Por fim, e para fazer face às necessidades dos próximos tempos, a entrada em vigor, no dia 19 de maio, do Programa Municipal de Emergência Social Covid-19, veio estabelecer um conjunto de normas e de critérios para atribuição, por parte do Município da Maia, de um apoio económico de carácter excepcional e pontual, a agregados familiares que viram os seus rendimentos diminuídos, devido à pandemia Covid-19.

Cada agregado familiar, que cumpra os requisitos, poderá ter um apoio mensal de 200,00€ por mês (no máximo 2 meses) para, cumulativamente: a renda/prestação bancária de casa em habitação permanente; prestação mensal

de frequência de Creches, Jardins de Infância, Centros de Atividades Ocupacionais e Lares.

Face ao exposto, gostaríamos de ouvir um pequeno balanço, da parte do Senhor Presidente da Câmara sobre a implementação destas medidas, bem como as perspetivas futuras sobre a sua vigência.

Muito obrigado pela atenção.

Maia, 25 de maio de 2020.

Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira

*Handwritten signatures:*  
1. Top signature: stylized initials.  
2. Middle signature: 'af's'.  
3. Bottom signature: 'Jo'.

26



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Unanimi

af

35

AM

af

# Proposta Um minuto de Silêncio pelas vítimas da Pandemia Covid-19

A Mesa de Assembleia Municipal  
de Maia, em conjunto com os  
líderes dos vários grupos municipais  
propõe que a Assembleia Municipal de  
Maia, reunida em sessão ordinária  
em 25.05.2020 cumpria um minuto  
de silêncio pelas vítimas da pandemia Covid-  
19.

A Mesa de Assembleia  
Municipal Maia

11

11

11

11



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

*Agência fraciona município  
da Assembleia Municipal  
Bry  
20.05.20*

3.2

15

*del*

*M*

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Paços do Concelho

MAIA

**ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL.**

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Exa. e através de V. Exa. à Exma. Assembleia Municipal, a presente Informação.

Esta Informação sobre a Atividade do Município vai ser presente à Assembleia Municipal aquando e na circunstância da realização da sua 2ª Sessão Ordinária do ano de 2020.

Nesta Sessão, que em tempos comuns deveria ter acontecido em Abril, estarão presentes à consideração, ponderação, análise e votação da Assembleia Municipal documentos da máxima importância e de grande relevância na vida do Município. Refiro-me, por entre eles, aos relatórios e às contas da gestão da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados relativos ao ano de 2019. A



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

SM  
afm  
MP

estes documentos acrescem os similares respeitantes à ação das Empresas Municipais nesse mesmo período, sendo que, neste caso, para efeito de conhecimento da Assembleia.

Os momentos de “apresentação de contas” constituem ocasiões que proporcionam a possibilidade da realização de aprofundadas análises e apreciações do que tem vindo a ser a actividade do Município, centradas, no caso, no que foi a vida do Concelho no último ano, as circunstâncias que vivemos, as vicissitudes por que passámos, os grandes e significativos passos que demos no percurso de sucesso e de progresso da nossa Terra. Numa pequena nota, referiria a agora ainda mais reforçada estabilização e consolidação das finanças municipais que foi possível empreender neste período de tempo, o que nos conduziu à constituição de uma sólida base para encararmos os desafios e os reptos que teremos pela frente, num trabalho nunca terminado e ao qual emprestamos todo o nosso empenho, diligência e zelo.

1 – A atividade municipal nestes últimos meses tem sido dominada pela questão da pandemia relativa ao Covid-19 que tem condicionado, forte e drasticamente, a nossa atividade.

É na situação de saúde pública que, com muita preocupação, temos centrada a nossa ação sem que, todavia, e na medida do possível, deixemos de prosseguir



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

AM  
cah  
M

com o trabalho que tínhamos em curso dando continuidade e cumprimento ao que havíamos e está previsto, em sede de GOP, para este ano. No entanto é óbvio que esse plano e conjunto de intenções vai sair muito prejudicado quer pela reafecção de meios financeiros do Município para o combate da crise de COVID-19 quer pelas circunstâncias, no terreno, de nossos fornecedores ou produtores de obra.

Estamos a viver uma situação de emergência sanitária para a qual, sendo global e inédita para todos, não havia experiência ou saber feito para a enfrentar. Tivemos, todos, de agir à medida e em sequência ao conhecimento científico produzido e que as Autoridades de Saúde Pública foram transmitindo.

Na Maia, e desde muito cedo prestámos a devida atenção e avançamos muito rapidamente e com o empenho e assertividade que nos é conhecido, isto muito antes da declaração do Estado de Emergência no País.

1.1 – Eis uma “fita do tempo” dos acontecimentos nos momentos iniciais, até à Declaração do Estado de Emergência:

- 9 de março – Divulgação do Plano de Contingência Municipal que estabelece, muito detalhadamente, os procedimentos internos quanto a prevenção e os meios disponíveis;
- 10 de março – Por meu despacho, foi determinado:



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

- Suspende todos os eventos sociais, desportivos, culturais, recreativos ou de formação promovidos pelo município;
- adiar ou cancelar todas as atividades que impliquem delegações estrangeiras;
- encerrar ao público todos os serviços municipais, à exceção do Gabinete Municipal de Atendimento. Apenas as atividades desportivas federadas decorrerão, recomendando-se que à porta fechada, enquanto as respetivas federações não decidirem a suspensão da modalidade;
- encerrar os mercados e feiras municipais;
- suspender todas as deslocações internacionais de funcionários e eleitos, e restringir ao mínimo possível as deslocações no território nacional;
- reduzir o número de reuniões internas e externas ao estritamente necessário, dando cumprimento ao Plano de Contingência interno;
- ativar o Gabinete de Gestão de Crise do município e reavaliar em permanência a situação.

- 11 de março – A OMS declara a situação de pandemia quanto a COVID19;
- 13 de março – O Governo declara a Situação de Alerta no País;
- 16 de março – Por meu despacho, foi determinado:
  - o encerramento ao público de todos os edifícios do universo municipal;
  - suspender todas as licenças de esplanadas, devendo as mesmas serem desmontadas;



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

M  
af  
N

- o encerramento dos parques infantis, jardins e parques urbanos;
- suspender o pagamento de estacionamento à superfície, nas zonas urbanas enquadradas por parquímetros.

- 18 de março – o Sr. Presidente da República declara o Estado de Emergência;

Mas, Exmo Sr Presidente da Assembleia Municipal, permita-me que continue a elencar alguns outros aspetos do trabalho desenvolvido quanto a esta crise,

1.2 – No dia 22 de março apresentámos um conjunto de medidas de combate à pandemia do coronavírus e de apoio à população e empresas do concelho.

Umhas tiveram tradução prática de imediato e outras foram submetidas a Reunião de Câmara e posteriormente à Assembleia Municipal (em 9 de abril) para sua aprovação, como, aliás, bem conhecem.

Passo a sintetizar essas medidas:

### **Medidas de contenção à propagação do COVID-19**

- Reforço da lavagem e higienização de arruamentos, passeios, zonas de paragem de transportes públicos, cabines telefónicas e restante mobiliário urbano;



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

- Reforço da lavagem e higienização de equipamentos de deposição de resíduos sólidos urbanos, tais como contentores semienterrados, ecopontos e papeleiras;
- Reforço da recolha porta-a-porta dos resíduos indiferenciados;
- Monitorização e sensibilização da população e comércio através da Polícia Municipal, para o cumprimento das medidas determinadas pela declaração de estado de emergência.

#### **Medidas de apoio socioeconómico**

- Isenção da componente fixa da tarifa de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos às empresas e comércio que se viram obrigados a encerrar na sequência da declaração de estado de emergência e pelo período em que o mesmo vigorar;
- Desconto de 50% fatura da água, saneamento e resíduos sólidos urbanos de abril, maio e junho para as restantes empresas e comércio;
- Desconto de 40% na fatura da água, saneamento e resíduos sólidos urbanos dos meses de abril, maio e junho aos consumidores domésticos que comprovadamente tenham visto os seus rendimentos diminuídos em valor superior a 30%;



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

*AM*  
*ef*  
*MP*

- Alargamento do 1º escalão de faturação do consumo de água (dos 5 m<sup>3</sup> para os 10m<sup>3</sup>) e considerar o restante consumo no 2º escalão a todos os consumidores domésticos;
- Suspensão dos cortes de fornecimento de água e autorização para pagamento em prestações até 6 meses;
- Possibilitar o pagamento das rendas e prestações de regularização de dívidas das famílias residentes em habitação social referentes aos meses de abril, maio e junho, em 6 prestações mensais nos meses seguintes (entre julho e dezembro);
- Possibilitar o pagamento das rendas dos arrendatários dos espaços comerciais sob gestão da Espaço Municipal referentes aos meses de abril, maio e junho, em 6 prestações mensais nos meses seguintes (entre julho e dezembro);
- Isenção total durante o ano de 2020 das seguintes taxas municipais:
  - Publicidade;
  - Esplanadas e similares;
  - Feiras e mercados.
- Abdicar da derrama de 2019 às empresas com volume de negócios inferior a 150.000 euros e que deveria ser paga até ao final do próximo mês de maio.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

M  
ef  
A

### **Medidas de Apoio Social:**

- Reforçar a dotação do Programa Municipal de Emergência Social em 1 milhão de euros;
- Todos os idosos ou pessoas com deficiência que foram enviados para casa (utentes de Centros de Dia, Centros de Convívio ou Centros de Atividades Ocupacionais) encontram-se a ser monitorizados pelas respostas sociais e, sempre que se justificar, com apoio ao domicílio;
- Os idosos, doentes crónicos, pessoas com deficiência, entre outras situações vulneráveis, estão a ser acompanhados pelos técnicos do GAIL e da Empresa Municipal de Habitação;
- Foi intensificado o policiamento de proximidade pela Polícia Municipal a todo o Concelho (apoio a idosos);
- Reforçar a instalação de pulseiras de teleassistência, abrangendo mais idosos no âmbito do Programa Chave de Afetos, em desenvolvimento;
- Continuamos a garantir e iremos reforçar a entrega de cabazes de alimentos ao domicílio e noutros casos de refeições;
- Implementar o programa de apoio financeiro à aquisição de medicamentos;
- Para as pessoas idosas (+ de 65 anos), famílias monoparentais com filhos menores, agregados familiares com pessoas com deficiência e agregados



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

AM  
JH  
D

familiares com pessoas com doenças oncológicas/crónicas implementámos o programa “Fica em Casa” de:

- compra e entrega ao domicílio de **bens alimentares de 1ª necessidade e medicação;**
  - aconselhamento psicológico;
  - passeio de animais de companhia;
- 
- Criação de uma linha de apoio psicológico;
  - Manutenção do atendimento telefónico a situações urgentes de cariz social através do número **932140045**.

### 1.3 – Centro de Rastreio Móvel Covid-19

No dia 25 de março colocámos em funcionamento este Centro que permite a realização de testes sem que as pessoas tenham necessidade de sair do automóvel.

1.4 – Nesta mesma altura, e em articulação com as autoridades de saúde locais, promovemos a realização de testes aos utentes e funcionários de lares do Município;

### 1.5 – Intervenção direta da Câmara nas ERPIS - Respostas Evacuadas



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

M  
of  
M

Desde o primeiro momento, e muito antes da declaração de pandemia pela OMS que precedeu a declaração de Situação de Alerta pelo Governo e posteriormente o Estado de Emergência pelo Sr. Presidente da República, a Câmara Municipal da Maia demonstrou, como é nosso timbre, uma postura proactiva, mobilizando todos os recursos possíveis garantindo a máxima eficácia e eficiência da intervenção.

O caso das ERPIS – Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas Municipal da Maia teve a nossa especial atenção desde o primeiro momento. Antes da abertura formal dos Centros de Acolhimento da ZCAP, tivemos a necessidade de garantir a evacuação de 3 lares,

- no dia 27 de março procedeu-se à evacuação total dos utentes e funcionários do Lar “Amanhã da Criança”, para um hotel no centro da Cidade, o mesmo onde posteriormente viemos a instalar o Centro de Acolhimento ao Covid Positivo, tendo-se retirado 55 utentes e 12 funcionários;
- a 29 de março procedeu-se à evacuação total dos utentes e funcionários do Lar “Clinicuidados”, compreendendo um total de 17 utentes e 4 funcionários;
- em 4 de abril procedeu-se à evacuação de 5 utentes e 2 funcionários do Lar ANSE – Abrigo Nossa Sra. da Esperança.

No hotel, os utentes ficaram isolados em quartos individuais e acompanhados por pessoal e corpo clínico da instituição. Todos aqueles que testaram positivo, ou



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

AM  
ef.  
M

que aguardavam resultado, ficaram num piso inferior da unidade hoteleira. Os restantes foram alojados em andares superiores, com um piso de segurança entre eles sem ocupação.

1.6 – No dia 28 de março remeti a todos os Colaboradores Municipais um documento de interação, de partilha e de enquadramento da situação que estávamos a viver, e do qual deixo um excerto:

....

*O universo municipal, Câmara, SMEAS, empresas municipais e Conservatório de Música da Maia, teve rapidamente de se ajustar à severidade das circunstâncias e, pela primeira vez na sua história, teve de suspender o atendimento presencial ao público dos serviços.*

*Mas o nosso universo municipal não podia parar e não parou. Com recurso ao teletrabalho e à manutenção em funções presenciais, de várias equipas dotadas de competências específicas imprescindíveis, temos conseguido assegurar o cumprimento de funções e serviços essenciais à nossa missão.*

*Tendo em consideração o risco, é justo reconhecer o esforço de todos aqueles que continuaram diariamente a deslocar-se para os serviços, garantindo processos e procedimentos indispensáveis ao funcionamento da organização e à vida da comunidade, nomeadamente, as relacionadas com a regulação das interações humanas, sociais e económicas, hoje acrescidas das exigências do*



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

*combate à pandemia em todo o território. Exigências que se estendem desde a intervenção logística no apoio às autoridades de saúde local e regional, às medidas tomadas com o objetivo de ajudar estas autoridades a combater a doença e, sobretudo, apoiar as famílias, as IPSS's e as empresas, para que o nosso ecossistema socioeconómico resista o melhor possível aos inevitáveis impactos e incertezas que esta crise está a impor.*

*Sublinho igualmente todos quantos estão a trabalhar a partir do seu domicílio, que apesar dessa circunstância temporária, se empenham no cumprimento das suas funções e, em não raros casos, ainda se disponibilizam para apoiar colegas que estão a trabalhar in loco, nomeadamente os que estão no terreno a desempenhar funções sociais prioritárias.*

*Este é um tempo de exceção, que na medida do possível nos deve servir também para utilizar da melhor forma, seja para recuperar os atrasos acumulados por manifesta falta de tempo, seja para refletirmos sobre as oportunidades de melhoria individual e coletiva, e no regresso à normalidade interrompida, a nossa organização se afirme ainda mais eficiente e eficaz no serviço à comunidade concelhia da Maia.*

*Pese embora a adversidade e os constrangimentos que a pandemia nos trouxe, conforta-me a certeza de que a situação financeira do Município, cuja performance favorável fomos consolidando com rigor e responsabilidade, nos permitirá dizer presente aos maiatos em dificuldades e preservar o equilíbrio das contas do Município da Maia, assegurando aos colaboradores desta grande*



AM  
[Handwritten signature]  
M

*família organizacional, a estabilidade que construímos com uma gestão planeada e parcimoniosa.*

....

Continuando a apresentar o vasto conjunto de Medidas tomadas no âmbito do combate à pandemia, permito-me destacar as seguintes:

#### 1.7 – Centro de Acolhimento para Utentes com COVID-19 Negativo

No dia 9 de abril abrimos na Escola do EB 2/3 de Gueifães o “Centro de Acolhimento Covid Negativo”, que se destina a acolher temporariamente utentes idosos sem retaguarda familiar ou institucional que não sofram de doença infetocontagiosa. Este Centro possuiu 150 camas.

Esta iniciativa Municipal, homologada pelas Autoridades de Saúde e supervisionada pelo ACES MAIA/Valongo, destina-se a utentes residentes no concelho que sejam sinalizados por equipas clínicas e sociais dos centros hospitalares e estruturas residenciais para idosos. Todavia, unicamente para utentes que não sofram de doença infetocontagiosa COVID-19 ou outra que obrigue ao seu isolamento clínico e que reúnam condições de independência em relação a Atividades de Vida Diária (AVD's).

A direção clínica e a direção técnica enquadram uma equipa multidisciplinar que integra médicos e enfermeiros, nutricionistas, farmacêuticos, assistentes sociais,



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

AM  
af  
M

psicólogos. agentes/ auxiliares de Geriatria, auxiliares de serviços gerais e limpeza e Proteção Civil.

Com exceção do corpo clínico, colocado pela Cruz Vermelha Portuguesa, os restantes elementos da equipa multidisciplinar provêm da Bolsa de Reforço Solidário constituída para o efeito, sob tutela da Câmara Municipal da Maia.

Esta Zona de Concentração e Apoio à População (ZCAP) foi criada nos termos do Despacho N.º 4097-B/2020 de 2 de abril e no âmbito do Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil da Maia e tem por objetivo garantir assistência a um grupo sem retaguarda familiar e/ou institucional imediata, no âmbito do apoio logístico às populações, prevendo a prestação de um conjunto de atividades da vida diária bem como a manutenção de Cuidados de saúde.

#### 1.8 – Centro de Acolhimento para Utentes com COVID-19 Positivo

No dia 16 de abril abrimos, num hotel do centro da cidade, o “Centro de Acolhimento Covid Positivo”.

Esta iniciativa Municipal foi dotada de 85 camas e destina-se a utentes que receberam alta hospitalar, que não disponham de retaguarda familiar ou institucional, cujas condições da estrutura habitacional não garantem as medidas de isolamento clínico, ou em situações em que os requisitos de suporte familiar não se coadunem com a prescrição terapêutica e a contínua prestação de cuidados.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

AM  
ep.  
M

A admissão depende obrigatoriamente da sinalização por parte das equipas clínicas e sociais dos centros hospitalares e estruturas residenciais para idosos, dando-se prioridade aos utentes residentes na Maia.

Esta estrutura, criada pela Câmara Municipal da Maia em articulação com o Centro Regional de Segurança Social do Norte e a ARS-N, foi homologada pela Autoridade de Saúde Pública e tem a supervisão clínica do ACES MAIA/Valongo.

A partir do dia 15 de maio estes dois Centros de Acolhimento para Utentes com COVID-19 Negativo e Positivo passaram a estar concentrados no mesmo espaço, i.e., na Escola EB2,3 de Gueifães, mas a funcionarem em blocos distintos.

#### 1.9 – Gabinete Virtual de apoio às empresas

Colocámos ao dispor dos empresários e agentes económicos um Gabinete Virtual para informação e esclarecimento sobre as medidas de apoio às empresas no âmbito da Covid-19.

Este Gabinete Virtual, que está apto para informar e esclarecer os empresários sobre as medidas municipais e nacionais de apoio, foi criado pela Câmara, através do seu Gabinete de Apoio ao Investimento e Relações Internacionais/MaiaGo, em parceria com a AEMaia-Associação Empresarial da Maia.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

AM  
of.  
MF

Através desta iniciativa facilitamos o acesso das empresas a toda a informação relevante durante este período de crise, estando disponibilizados dois endereços eletrónicos para o efeito.

#### 1.10 – Educação: empréstimo de tablets

Com vista a que todos os jovens maiatos tenham todas as condições para continuarem o seu percurso educativo a partir de casa, lançámos um programa de empréstimo de tablets e de fornecimento de internet móvel com 3 meses de acesso aos alunos que necessitem deste tipo de equipamento. Isto por forma a se assegurar que todos os alunos estejam nas mesmas circunstâncias independentemente da sua condição ou circunstância.

Nesta, como em todas as outras frentes, temos sido rápidos, assertivos e imaginativos no apoio a toda a comunidade.

À data de 20 de abril ficou também disponível uma linha telefónica de apoio com o nº 800 208 249.

No final do 2º período letivo, os Agrupamentos aferiram as necessidades dos seus alunos relativamente a equipamentos e internet. Com esta base avançámos com a criação do banco de empréstimo de tablets e de aparelhos de conetividade de internet móvel com 3 meses de acesso incluído, em parceria com os agrupamentos de escolas do concelho e com a FAPEMAIA. Foram mobilizados 664 tablets e 300 acessos à internet.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

O projeto Maia School4All, desenhado pelo Município, proporciona equipamentos, mas também várias ferramentas de aprendizagem online para alunos e professores. Foi criado um Campus da Educação online, reforçada a plataforma Participa+ e disponibilizado um Contact Center para pais, alunos e encarregados de educação.

#### 1.11 – Educação: Banco de Empréstimo de Equip. Informáticos (BEEI)

Constituímos um “Banco de Empréstimo de Equipamentos Informáticos” (BEEI) a alunos dos 2º e 3º ciclo num programa que conta com o apoio solidário do tecido empresarial do município.

Os equipamentos foram distribuídos a alunos identificados pelos Agrupamentos de Escolas.

Este banco é coordenado pelos serviços de educação do Município e permitiu angariar o equipamento informático em falta junto das empresas do concelho que se associarem a esta iniciativa solidária. Neste curto prazo de tempo temos a registar, com muito agrado, que empresas como Adidas, Cerealis, Conseco, Critical Manufacturing, GONKSYS, Infinion, Konica Minolta, LCPower, Maia Shopping, Nonius Software e WIPRO permitiram angariar, já, o empréstimo ou doação de 438 computadores num total de 549 necessários.

Felizmente, na Maia, dispomos de uma comunidade empresarial muito dinâmica e dotada de um elevado sentido da responsabilidade social que prontamente aderiu



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

a esta partilha colaborativa, acompanhando-nos neste entendimento de que o futuro está nos jovens que hoje frequentam as nossas escolas.

A Câmara Municipal assegurará o fornecimento de ligação de internet aos alunos que dela necessitem. Este Banco irá entregar, a partir de 4 de maio, os equipamentos angariados aos agrupamentos de escolas, que, de acordo com prévia identificação, fazem a gestão da entrega, a título de empréstimo.

Não posso deixar de prestar um agradecimento à “Tecmaia” e à “Associação Empresarial da Maia” pelo apoio logístico prestado, a todas as empresas que já aderiram ao BEEI e ao movimento associativo de Pais. Desta forma, todos em conjunto, faremos com que, na Maia, nenhum aluno fique para trás.

### 1.12 – Outros apoios na área da Educação

No Portal da Educação da Maia (<https://www.cm-maia.pt/p/educacao>) foi criado o CAMPUS da Educação, com atividades destinadas a crianças de várias idades. Semanalmente, são propostas atividades para as crianças do pré-escolar no CAMPUS da Educação |LUDI+, bem como para os alunos do 1º ciclo no CAMPUS da Educação | AEC, com atividades de Artes, de Agir, de Atividade Física e Desportiva e de Relaxamento. A Filosofia e a Oficina das Ciências não foram esquecidas, sendo também possível encontrar propostas para toda a família.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

M  
af.  
M

A Plataforma Participa+ (<https://participamais.cm-maia.pt/>) disponibiliza agora duas novas áreas: “Atividades em Família” e “Testa o Teu Conhecimento”. Em “Atividades em Família” encontra-se um conjunto de atividades lúdicas sob a forma de desafios e concursos em áreas como Educação Física, Música, Dança, Escrita, entre outras, que possam ser realizadas em família. Em “Testa o teu Conhecimento”, os alunos podem resolver enigmas e explorar os conteúdos dos programas curriculares de Português, Matemática e Estudo do Meio, constituindo-se, desta forma, numa ferramenta de revisão e consolidação das aprendizagens. Esta plataforma permite um contacto direto entre o professor e os alunos da sua turma.

Para que tudo decorra dentro da normalidade possível, foi criado um Contact Center de apoio aos encarregados de educação, alunos, professores e educadores de infância, com atendimento assegurado por cerca de 100 professores e algumas equipas multidisciplinares, que via e-mail, telefone e/ou call usando o Microsoft Teams, darão suporte a toda a comunidade educativa sobre o acesso e a utilização da Plataforma Participa+, os conteúdos que são disponibilizados e principalmente auxílio no esclarecimento de dúvidas. Para beneficiar deste serviço, os professores e educadores de infância, encarregados de educação e alunos deverão aceder a <https://juntospelaeducacao.lusoinfo.com/>.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

AM  
of  
A

### 1.13 – Meu Despacho 25/2020, de 30 de abril

A partir de 4 de maio, o governo adotou algumas medidas de levantamento do confinamento obrigatório e ficou possibilitada a reabertura de algumas atividades económicas.

Compreendendo bem a atitude do governo e as preocupações que estiveram inerentes a essas decisões – preocupações que também eram as nossas – entendi que devíamos prorrogar, até ao dia 18 de maio, a vigência das medidas de luta contra a propagação da COVID-19 determinadas nos meus despachos 22, de 10 de março e 23 e 24, de 16 de março.

Apesar da evolução positiva da taxa de crescimento diário de novas infeções que se verificava no nosso Município, considerei, nomeadamente, que as condições sanitárias ainda não permitiam que, com segurança, se pudesse abrandar as medidas de mitigação oportunamente ordenadas.

### 1.13 – Meu Despacho 28/2020, de 15 de maio

Decorrido este tempo, temos vindo a constatar que as medidas que empreendemos, o trabalho levado a efeito pelo Município, pelos Serviços de Saúde, pelos Serviços Sociais, pelas Instituições da mais variada ordem com menção especial para as que acolhem Pessoas Idosas, pelas empresas, e pelos Cidadãos que têm bem interiorizada a necessidade da adoção de medidas de



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

AM  
ds.  
N

autoproteção, de distanciamento social e etiqueta respiratória seguindo, e respeitando, generalizadamente, as instruções emanadas das autoridades de saúde pública, tem conduzido à diminuição da taxa de crescimento diário de novas infeções no nosso Município.

De notar que nos últimos 15 dias, a média da taxa de crescimento diário de novas infeções na Maia é de 0,57%, sendo de 0,73% na Área Metropolitana do Porto; 0,63% no Norte do País e 0,97% em Portugal).

Por este conjunto de razões, é-nos possível decidir, todavia com prudência e responsabilidade, a reversão, faseada, de algumas das medidas municipais adotadas.

Assim, e em articulação com os vereadores com competências delegadas, determinei o seguinte:

A partir do dia 18 de maio:

- a retoma do atendimento presencial aos munícipes, mas apenas mediante marcação prévia, podendo os serviços municipais desconcentrados e as empresas municipais adotar outros métodos de atendimento presencial mais adequados à sua atividade, contanto que sejam cumpridas as normas de segurança e higiene determinadas pelas autoridades de saúde;
- a abertura do Ecocaminho e dos parques urbanos, mantendo-se, porém, encerrados os parques infantis e equipamentos de ginásio ao ar livre e outros



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

AM  
af.  
MA

- equipamentos e mobiliários cuja utilização implique contacto físico dos utilizadores;
- a reabertura das esplanadas e propor à Câmara a aprovação de um plano para facilitar a implementação e/ou expansão de capacidade de esplanadas, de forma temporária;
  - autorizar a retoma progressiva da prática desportiva de modalidades individuais ao ar livre em instalações municipais, nomeadamente o ténis, atletismo e o skate (neste caso com reabertura do skate park do Complexo da Cidade Desportiva);
  - a reabertura da Biblioteca Municipal Dr. José Vieira de Carvalho, do Museu Municipal de História e Etnologia da Terras da Maia e das galerias municipais de exposição;
  - propor à Câmara a aprovação da abertura de lojas comerciais, com porta direta para a rua e áreas superiores a 400 m<sup>2</sup>, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros no 33-C/2020, de 30 de abril.

A partir do dia 25 de maio:

- a reabertura das feiras e mercados municipais - apenas para produtos frescos (dependente de validação das condições sanitárias, pela delegação de saúde);



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

A partir do dia 1 de junho:

- o regresso progressivo ao trabalho presencial, mantendo uso parcial do teletrabalho, permitindo a prática de horários de trabalho desfasados e equipas a trabalhar em *regime de espelho*;
- o fim da isenção de pagamentos tarifas de estacionamento nas zonas reguladas por parcómetros;
- a reabertura dos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública;
- a retoma do atendimento presencial nos GIP - Gabinetes de Inserção Profissional e dos GAIL – Gabinetes de Atendimento Integrado Local, cumprindo as normas de segurança sanitária em vigor;
- a reabertura dos auditórios municipais;
- a reabertura dos jardins da Quinta dos Cónegos.

Todas estas medidas serão objeto de monitorização permanente quanto ao cumprimento das orientações sanitárias vigentes, pelo que poderão ser revistas e alteradas, em qualquer altura, em função do superior interesse da saúde pública.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

## 2 – Escola Básica de Moutidos

No dia 14 de fevereiro inaugurámos a renovada Escola Básica de Moutidos, na Freg. de Águas Santas. Levámos aqui a efeito uma profunda intervenção passando agora a Escola a estar dotada de excelentes condições, proporcionando a toda a comunidade educativa um ambiente escolar de enorme qualidade.

Os dois edifícios principais já se encontravam em estado nada condizente com os nossos padrões pelo que a intervenção foi de elevada monta. A empreitada ascendeu a um milhão de euros e constou, sinteticamente, da ampliação de cada um dos edifícios pré-existentes com um novo volume de um só piso. Todos os materiais de revestimento, interiores e exteriores, foram substituídos por novas soluções construtivas tendo-se preservado as alvenarias de pedra (que muito carácter conferem a este edificado) e algumas estruturas de madeira. Nos espaços exteriores foi utilizada uma nova solução de pavimentação em betão contínuo, foram redefinidos os percursos de circulação e construídas coberturas nesses percursos. Também os acessos ao polidesportivo foram intervencionados por forma, nomeadamente, a ficar garantido o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

A Educação de qualidade é um desígnio fundamental na nossa estratégia de futuro. E esta renova Escola constitui um belo exemplo de como a Arquitetura e a



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

AM  
af.  
MA

Engenharia podem intervir, respeitando o legado patrimonial histórico e, simultaneamente, deixar uma marca do seu tempo, do nosso tempo.

Também nesta Escola há uma Maia cheia de esperança no futuro e que cresce para a vida.

### 3 – Forum Jovem da Maia – 25 anos

No dia 8 de abril completaram-se 25 anos da abertura do Forum Jovem da Maia, estrutura que foi a primeira, a nível nacional, exclusivamente dedicada ao apoio à juventude.

Este equipamento, que continua aos dias de hoje a ser uma referência, foi, à época, um caso paradigmático a nível nacional, tanto pelas características do espaço, como pelos serviços, e, sobretudo, pela filosofia que lhe estava inerente.

O Forum Jovem da Maia surgiu da necessidade sentida pela Câmara Municipal de corporizar a ação do Pelouro da Juventude, tendo sido criados um conjunto de espaços dinâmicos estrategicamente localizados em rede, com vista à descentralização das oportunidades e colocando-se mais próxima do público para quem e com quem trabalha.

O Forum Jovem da Maia dispõe dos seguintes serviços e infraestruturas de apoio: Auditório, Sala de Exposições, Área de Apoio ao Associativismo Juvenil, Centro de Incubação e Aceleração de Empresas – em parceria com a ANJE – e os serviços administrativos do Pelouro da Juventude.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

AM  
of  
M

Ao longo dos 25 anos de atividade, o Forum Jovem da Maia acolheu inúmeras iniciativas, promovidas sobretudo pelos jovens do concelho, nas áreas das Artes Plásticas, da Música, do Teatro, da Literatura e de outras expressões artísticas, bem como atividades de ocupação de tempos livres, proporcionando a muitos milhares de jovens a oportunidade de testarem os seus projetos, de divulgarem os seus talentos e de iniciarem as suas carreiras artísticas.

O Empreendedorismo Jovem foi sempre uma ação marcante do Forum Jovem da Maia, desenvolvida em parceria com a ANJE (Associação Nacional dos Jovens Empresários), que aí faz a gestão do Centro de Incubação e Aceleração de Empresas da Maia.

Também na área do Apoio ao Associativismo Juvenil, o Forum Jovem da Maia desenvolveu uma dinâmica inovadora, disponibilizando um serviço de apoio à criação de associações juvenis, bem como espaços para as suas sedes administrativas, apoio logístico e estruturas para o desenvolvimento das suas atividades.

Na altura em que celebra os seus 25 anos de atividade, o Forum Jovem da Maia continua a ser um equipamento de referência, um espaço de memória para muitos milhares de jovens e adultos e o reflexo da Política de Juventude que o Município da Maia vem desenvolvendo ao longo das últimas décadas.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

M  
J  
M

4 – Não se inclui nesta Informação o “reporte financeiro” já que a presente Sessão sendo aquela em que serão apreciadas as Contas da Câmara Municipal a 31 de dezembro de 2019, esse reporte está lá contido.

5 – Quanto aos “Ativos e Passivos Contingentes” apresento, em anexo, uma relação referida à data de hoje.

A finalizar, informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

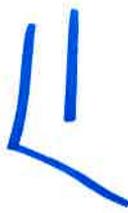
- |                              |               |
|------------------------------|---------------|
| a) Dotações orçamentais:     | 28.289.349,09 |
| b) Dotações não orçamentais: | 4.522.812,93  |

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, manifesto-me ao inteiro dispor de V. Exa e da Exma Assembleia Municipal para prestar quaisquer outras informações mais especiosas que, eventualmente, entendam por necessárias e ou convenientes.

**MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 18 DE MAIO DE 2020,**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,**

**( ANTONIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO, Eng. )**



MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO, INCLUINDO OS PASSIVOS CONTINGENTES				
PROCESSOS DE NATUREZA ATIVA				
À DATA DE 18 DE MAIO DE 2020				
PROCESSO	AUTOR	ASSUNTO	OBS	Valor Ação (VA)/ Valor Pedido (VP)
4/12.0BCPRT	Município da Maia a)	Taxas de Aterro	Admissão Recurso Revista STA	10.701.349,01
1747/15.2BEPNF	Agrupamento Municípios Maia, Gondomar, Paredes, Lousada, Felgueiras	Sistema de Abastecimento de Água Douro Paiva, S.A. - Águas do Norte, S.A.	Recurso TCA/STA/Unilidade Superveniente Lide - Alteração legislativa	30.000,01
870/11.7BEPRT	Município da Maia	Reclamação Juros de Mora	Recurso	298.234,21
1708/07.5BEPRT	Município da Maia	Processo de Impugnação judicial de taxas de publicidade	Mais requerendo a restituição de todas as quantias que até à presente data lhe tenham sido cobradas	209,90
2115/04BEPRT	Município da Maia	Cobrança Valores referente consumo de água e TRSU	Foi apresentada contestação por parte da exequente, CMM	609,81
271/09.7BEPRT-CB	Município da Maia	corresponde o Processo de Execução Fiscal n.º 10951/08 AP.	Foi apresentada contestação por parte da exequente, CMM	2.631,22
135/07.9TYVNG	Município da Maia	Reclamação de Créditos sobre a massa insolvente	Crédito	342,93
2223/12.0BEPRT	Município da Maia	Taxas de Publicidade	SEntença Favorável Município - Recurso TC	376,80
2796/14.3BEPRT	Município da Maia	Protocolo celebrado entre LIPOR e o Município da Maiada Maia	Suspensão Instância	20.950.299,68
826/09.0BEPRT	Município da Maia	Impugnação de Taxas	Aguarda Sentença	154.713,00
1726/10.6BEPRT	Município da Maia	Impugnação taxas	Sentença Desfavorável Município - Estudo Recurso TCAN	180.430,60
2568/10.4BEPRT	Município da Maia	Impugnação de Taxas	Aguarda Sentença	361.100,00

a) Faz parte integrante do relatório de gestão da prestação de contas anual uma nota explicativa sobre estes processos (ver anexos às demonstrações financeiras - nota 8.2.27 - páginas 217 a 219 do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Individuais de 2019)

MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO, INCLUINDO OS PASSIVOS CONTINGENTES  
PROCESSOS DE NATUREZA PASSIVA  
A DATA DE 18 DE MAIO DE 2020

PROCESSO	AUTOR	ASSUNTO	OBS	Valor Ação (VA) Valor Pedido (VP)	Provisão constituída a 31/12/2019
1857/05.4TBMAI	Dr. António José Maia Moreira Torres - Nô do Jumbo	Parcela de terreno que foi ocupada pelo Município -	Acórdão do STJ - CMM foi condenada ao pagamento de uma indemnização que não é possível quantificar.	15.000,00	0,00
1332/11.8BEPR	SABE - Sociedade Administradora de Bens, S.A.	Declaração Nulidade Projecto de Arquitectura	Ação parcialmente procedente com condenação no valor de € 34 653,35, acrescido de juros de mora desde a data citação até efetivo e integral pagamento	1.687.185,41	60.000,00
2720/10.2BEPR	Espaço Urbano - Investimentos Imobiliários, S.A. E Outros	Processo de Impugnação	Impugnação Taxas Urbanísticas	29.444,64	29.444,64
2192/12.7BEPR	ABB - Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Reclamação Juros de Mora	Sentença Favorável Município/Interposição Recurso TCAN	1.896.466,73	0,00
2687/13.5BEPR	Higino Pinheiro & Irmão, S.A.	Pedido de Condenação Juros de Mora - Contratos Empreitada	Despacho Saneador/Sentença Favorável ao Município	411.570,46	0,00
2901/19.3BEPR	Daniel Filipe Dias Feliz e Outros	Ação Administrativa	Contestação	149.999,00	0,00
985/10.9BEPR	Helena Paula Teixeira Guedes de Oliveira e Outros	Ação Administrativa especial pretensão conexa com actos administrativos	Audiência de Julgamento	177.488,93	250.000,00
2561/15.0BEPR	Fernanda Dias Afonso	Licenciamento Posto Combustíveis	Audiência Julgamento Agendada	30.001,00	0,00
3423/11.6BEPR	Fernando Pedroso, L.da e Outros	Ação Administrativa Comum - Forma Ordinária	Suspensão Instância	12.658.623,84	0,00
2826/11.0BEPR	Luís Fernandes Rodrigues	Ação Administrativa Comum - Forma Ordinária	Recurso	30.001,00	0,00
259/17.4BEPR	Pedro Miguel Pereira Alves	Ação Administrativa	Contestação	15.368,82	0,00
2614/18.3BEPR	Rui José Fernandes Magalhães	Procedimentos de Massa	Oposição	30.001,00	0,00
1098/13.7BEPR	José da Mota Pereira e Outros	Ação Administrativa Comum Ordinária	Pedido Indemnizatório -Contestação	185.016,49	185.016,49
1659/16.2BEPR	Maria Beatriz Fonseca de Sousa Araújo a)	Ação Administrativa	Contestação com Reconvenção	32.578,92	Passivo Contingente
3208/18.9BEPR	Grupo 8	Ação Administrativa	Despacho Saneador	340.400,19	0,00
1739/17.3BEPR	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	14.471,28	14.471,28
1940/17.3BEPR	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	14.116,69	14.116,69
2588/17.8BEPR	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	14.378,40	14.378,40
2363/17.0BEPR	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	12.680,30	12.680,30

*[Handwritten signatures and initials]*

MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO, INCLUINDO OS PASSIVOS CONTINGENTES  
PROCESSOS DE NATUREZA PASSIVA  
À DATA DE 18 DE MAIO DE 2020

PROCESSO	AUTOR	ASSUNTO	OBS	Valor Ação (VA)/ Valor Pedido (VP)		Provisão constituída a 31/12/2019
2843/17.7BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	13.985,67	VP	13.985,67
567/18.7BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	15.390,47	VP	15.390,47
926/18.5BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Sentença desfavorável Município - Recurso TCAN	15.777,00	VP	15.777,00
1241/18.0BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	15.210,67	VP	15.210,67
185/18.0BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Sentença desfavorável Município - Recurso TCAN	13.043,34	VP	13.043,34
43/18.8BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	8.387,64	VP	8.387,64
1476/18.5BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	13.027,05	VP	13.027,05
1860/18.4BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	9.834,02	VP	9.834,02
2049/18.5BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	8.387,64	VP	8.387,64
3011/18.6BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	9.150,51	VP	9.150,51
2621/18.6BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	9.235,99	VP	9.235,99
2240/18.7BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	9.904,09	VP	9.904,09
894/19.6BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	9.463,16	VP	9.463,16
1240/19.4BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	8.867,00	VP	8.867,00
2886.18.3BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	9.573,60	VP	9.573,60
1023/19.1BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	9.279,02	VP	9.279,02
869/19.BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Petição Inicial	6.969,87	VP	6.969,87

*[Handwritten signatures and initials]*

MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO, INCLUINDO OS PASSIVOS CONTINGENTES  
PROCESSOS DE NATUREZA PASSIVA  
À DATA DE 18 DE MAIO DE 2020

PROCESSO	AUTOR	ASSUNTO	OBS	Valor Ação (VA)/ Valor Pleiteado (VP)	Provisão constituída a 31/12/2019
890/19.38EPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Petição Inicial	5.471,27	5.471,27
1449/19.7BEPR	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Petição Inicial	8.054,87	8.054,87
1771/19.6BEPR	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Petição Inicial	9.324,16	9.234,16
2407/19.08EPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Petição Inicial	9.411,48	9.411,48
2705/19.38EPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Petição Inicial	9.815,19	9.815,19
3217/19.0BEPR	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Petição Inicial	9.533,92	9.533,92
626/18.818PVZ	Mania Carmo Ferreira Maia	Retitulação de bem imóvel/Expropriação/Indemnização	Translado Processo TAdmFiscalPorto	365.000,00	0,00
1507/19.1BEPR	ABB - Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Ação Administrativa (Reclamação juros de mora empreitadas que decorreram entre anos de 2000 a 2006)	Contestação	1.153.289,14	0,00
1124/17.9BEPR	Transportes António Frade	Ação Administrativa - Aplicação Medida Tutela Legalidade Urbanística	Parecer MP favorável Município - Aguarda Sentença Judicial	30.001,00	0,00
1125/17.05EPRT	Transportes Magalhães e Bruno	Ação Administrativa - Aplicação Medida Tutela Legalidade Urbanística	Parecer MP favorável Município - Aguarda Sentença Judicial	30.001,00	0,00
1878/16.1BEPR	Sindicato Nacional Polícias Municipais - Paulo Alexandre Silva Martins	Ação Administrativa - Aplicação Multa Processo Disciplinar	Aguarda Sentença	180,00	0,00
1137/12.98EPRT	Fernando Alberto Ferreira de Araújo	Acidente de Viação	Recurso TCAN	5.580,89	5.600,00
414/17.7BEPR	Elisabete Maria Ferreira Pimenta	Reclamação Créditos Salariais	Aguarda Sentença	1.987,42	2.000,00
2048/16.08EPRT	Fernanda Isabel Loureiro Morais Leite	Ação Administrativa	Contestação	6.931,26	0,00
2925/16.8BEPR	Condomínio do Edício Vereda Artur Loureiro	Ação Administrativa	Aguarda Sentença	4.680,64	5.000,00
2071/18.4BEPR	Arnaldo Paulo Borges Pinheiro	Ação Administrativa	Allegações Escritas	1.383,00	0,00
2518/19.2BEPR	Felicidade Cristina Ascensão Moreira da Silva	Ação Administrativa/Outros Processos Cautelares	Sentença Favorável - Possibilidade Recurso	30.000,00	0,00
2172/19.178MAI	Fábio Ramos Oliveira Santos	Acidente de Viação	Contestação	32.472,81	20.000,00

*[Handwritten signatures and initials]*

MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO, INCLUINDO OS PASSIVOS CONTINGENTES  
PROCESSOS DE NATUREZA PASSIVA  
À DATA DE 18 DE MAIO DE 2020

PROCESSO	AUTOR	ASSUNTO	OBS	Valor Ação (VA)/ Valor Pedido (VP)	Provisão constituída a 31/12/2019
3159/19.BEPRT	Fernando Manuel Ramos da Silva	Acidente de Viação	Contestação	22.489,47	12.500,00
5985/13.4TBMAI	Debina Flor Vieira da Silva Cruz e outro(s)	Reinvidicação de bens imóveis	Sentença Judicial favorável Município - Recurso Autores - Tribunal Relação - Favorável ao Município	29.736.404,00	140.000,00
2487/07.1BEPRT	Fazenda Nacional a)	IVA	Sentença Judicial favorável Município - Recurso AT - TCAN	4.059.411,10	Passivo Contingente

a) Faz parte integrante do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Individuais de 2019 uma nota explicativa sobre estes processos (ver anexos às demonstrações financeiras - nota 8.2.27 - páginas 217 a 219 )

Handwritten signatures and initials.



2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia – 25 de Maio de 2020

## Ponto 3.3. – Informação sobre as medidas contra a Covid-19

### QUESTÕES DA CDU

Na informação disponibilizada pela Câmara Municipal a respeito do ponto de situação da Covid-19 e das implicações que trouxe à comunidade maiata. Gostaríamos de obter alguns esclarecimentos:

- O Banco de Empréstimos de Equipamentos Informáticos (BEEI), inicialmente destinado aos alunos do 1.º ciclo, foi alargado aos alunos do 2.º ciclo referenciados pelos agrupamentos escolares do concelho. À data, existiam ainda cerca de 30% de alunos referenciados que não tinham acesso a esses equipamentos. Hoje, poderá informar-nos sobre se já foram suprimidas essas falhas? Se não, conhece ou foram estudadas alternativas com os agrupamentos, para que nenhum aluno do concelho fique em situação mais desfavorável relativamente aos seus pares?
- Relativamente ao novo programa de testes de diagnóstico à Covid-19, a realizar no início de Maio e que iriam incidir sobre os profissionais da Educação. Que dados pode, sumariamente, dar-nos?
- Foi articulada com a Câmara Municipal de Matosinhos e a Segurança Social alguma medida relativa aos idosos e crianças, utentes do Lar do Comércio, uma vez que muitos deles são moradores do nosso concelho?
- Relativamente ao plano de desconfinamento elaborado pela Câmara Municipal e que, em alguns casos, adia no tempo as medidas de desconfinamento emanadas do Governo, perguntamos se as mesmas foram tomadas em estreita colaboração com as autoridades sanitárias, uma vez que os dados apresentados colocam a Maia numa situação de evolução inferior em comparação com a restante Área Metropolitana do Porto, Região Norte e Portugal.
- Entre as medidas de desconfinamento adiadas, estão o encerramento dos parques infantis e a suspensão de todos os eventos sociais, culturais, desportivos, recreativos ou de formação promovidos pelo município. Ora, toda esta situação tem e terá consequências a vários níveis que nos deixam preocupados:
  - 1º - Como se encontra a situação laboral das dezenas de profissionais que trabalham nas AEC's, nos CAF e SAF, nos complexos desportivos, nomeadamente e em particular nas piscinas municipais, alguns deles as recibos verdes?
  - 2º - O ano lectivo está a terminar, muitos pais e encarregados de educação tinham nas actividades promovidas pela Câmara uma alternativa para as férias escolares dos seus filhos,

36  
AM  
af.  
MS



actividades estas igualmente importantes na socialização, no acesso, promoção e desenvolvimento de hábitos culturais e desportivos. Ora, com o seu cancelamento vêem-se agora sem alternativas. Que resposta está a Câmara Municipal a preparar?

A CDU tem uma posição clara relativamente a este assunto e que passa pelo esforço de programar as actividades possíveis e sempre com a colaboração das autoridades de saúde, como proporemos adiante, na discussão da revisão orçamental.

- Por último, também no movimento associativo a Covid-19 está a provocar enormes impactos socioeconómicos. Este perdeu a possibilidade de gerar receitas próprias em virtude do cancelamento das suas actividades.

Sublinhamos aqui a sua importância, enquanto motor da participação democrática e mesmo enquanto garante de acesso à cultura, ao desporto e ao lazer e que, no pós-Covid-19, será ainda mais fulcral, promovendo o retomar da vivência colectiva e de todas as suas dimensões num contexto que se adivinha e que já se configura de enorme crise económica e social, com a perda de rendimentos e mesmo de desemprego de milhares de pessoas no nosso País. Assim, perguntamos se a Câmara Municipal tem algum plano de ajuda também para estas associações do concelho.

Disse.

**BLOCO DE ESQUERDA  
MAIA**



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled number '37' at the top right.

### **Informação sobre Pandemia Covid 19 (Ponto 3.3)**

#### **INTERVENÇÃO/PERGUNTAS**

Apesar de colocado para conhecimento a esta Assembleia o documento em título sobre a crise pandémica, nada impede que seja analisado e nos suscite algumas questões que por sua vez se transformam em perguntas que, daqui dirigimos ao Executivo e que esperamos sejam em breve respondidas. Salientamos:

- Atentas as instalações criadas para responder à emergência sanitária, e decorrido mais de um mês sobre as suas aberturas e funcionamento, qual o número de utentes que foram integrados nos Centro de Acolhimento Covid 19 Negativo e Centro de Acolhimento Covid 19 Positivo?
- Qual o impacte junto do tecido empresarial do Concelho da criação do Gabinete Virtual de apoio às empresas? Houve alguma atitude proativa do/s técnicos afetos a esta plataforma temporária? Ainda se mantém em funcionamento?
- Quantos tablets foram emprestados e assegurada respetiva ligação à Internet, aos estudantes para “...continuarem o seu processo educativo...” de forma a “...assegurar que todos os alunos estejam nas mesmas circunstâncias independentemente da sua condição”?

Passado este tempo de execução do programa de emergência criado pela Câmara para minimizar os efeitos da crise pandémica, qual o montante dos recursos financeiros alocados?

Finalmente, qual o critério que presidiu à escolha do hotel onde funciona do Centro de Acolhimento Covid 19 Positivo?

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda



18

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia – 25 de Maio de 2020

### Ponto 3.4. – Prestação de Contas e Relatório de Gestão

#### DECLARAÇÃO DA CDU

O Executivo apresenta um saldo de gerência superior aos 23 milhões de euros, mas mantém por realizar obras e intervenções fundamentais, mesmo nas áreas emblemáticas da sua propaganda habitual.

Analisando a execução do Plano Plurianual de Investimentos, verificamos

- que a realização no capítulo da Protecção do Meio Ambiente e da Conservação da Natureza foi de apenas 28,22% no ano de 2019, ou seja, de mais de 1,7 milhões de euros previstos, não chega ao meio milhão;
- que, na racionalização energética, a execução se ficou pelos 19,56%, isto é, investiu pouco mais de 314 mil euros, quando estavam previstos 1,6 milhões;
- que, no âmbito da rede viária, apenas foram executados apenas 2,3 milhões dos quase 6,6 milhões previstos (36,16%);
- que a mobilidade sustentável se ficou pelos 22,12%, isto é, de mais de 2,1 milhões de euros, foram aplicados pouco mais de 478 mil;
- que a propagandeada operação pavimentos se quedou em 3,36%, tendo sido investidos apenas 31 mil dos quase 939 mil previstos; e
- que o Comércio e Turismo aplicou quase nada – apenas 1,32%, isto é 369 euros dos já poucos 27.900 previstos.

Mais uma vez, é de salientar o profundo desequilíbrio entre as transferências correntes e de capital para as instituições sem fins lucrativos e as Juntas de Freguesia, com as primeiras a receber mais de 3,2 milhões de euros e as segundas a receber, no conjunto das dez actuais freguesias, um valor que não chega aos 1,7 milhões.

As Contas mostram mais uma vez a influência negativa de aventuras do Executivo, com destaque para o desastroso Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo, cuja dissolução se impõe com urgência, sob pena de continuar a arrastar, de exercício negativo em exercício negativo, e a influenciar as contas e a dívida do Município.

Segundo o apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município (quadro 56), a dívida deste Fundo era de 4.218.274 euros. E não consta que vá melhorar.



AM  
of  
M

De acordo com o Relatório e Contas de 2019 do mesmo Fundo, que ainda não veio a esta Assembleia, o resultado líquido é negativo em 266.405 euros, sendo o quarto consecutivo com resultados líquidos negativos e registando uma rendibilidade negativa de 7,79%.

Em 2019, apesar de ter vendido a Quinta dos Girassóis (conhecida por ter sido residência da célebre violoncelista Guilhermina Suggia), por 1.610.000 euros, e a Casa Joaquim Ramalhão, por 150 mil euros, o passivo bancário do Fundo era de 4,2 milhões de euros.

Retenhamos a “informação relevante” constante do Relatório de Gestão Individual, a páginas 223, segundo a qual “continuam em curso negociações tendo como objetivo a sua reversão, que significará o retorno ao património municipal dos bens que o compõem.”

Senhor Presidente, que significa este retorno dos bens ao património municipal?, que futuro tem ainda o Fundo Maia Imo? e qual será o saldo final desta aventura para o Município?

As Contas do Exercício reflectem também a interminável aventura da Tecmaia:

- Destaca-se os mais de quatro milhões de euros que o Município ainda deve por conta do empréstimo bancário de 9,2 milhões de euros contraído para pagar a aquisição dos lotes 1 e 4 à própria Tecmaia.
- Mantém-se a incógnita sobre o pedido de devolução, pela mesma Tecmaia, de 1.292.354 euros pagos pelo Município à Autoridade Tributária em consequência da reversal fiscal dos representantes da Autarquia na sua Administração.
- Mantém-se uma contribuição da Tecmaia em mais de 1,9 milhões de euros para a dívida total das operações orçamentais do Município.
- Verifica-se o peso no serviço da dívida, em 2020, superior a três milhões de euros.
- Permanece uma provisão de aproximadamente 2.578.00 euros nas Contas do Município para fazer face a eventuais perdas.

Da Certificação Legal de Contas, cabe salientar a falta de elementos que permitam aferir sobre a concretização do plano de liquidação aprovado pela assembleia de acionistas em 4 de Novembro de 2016, bem como sobre a existência de eventuais contingências legais e outras.

Assim como destacamos a falta de aprovação, pela Assembleia Geral dos relatórios e contas dos anos de 2016, 2017 e 2018 – e 2019?! – e a “necessidade de conclusão do processo de liquidação da sociedade o mais breve possível”.

Senhor Presidente, quando e como vai acabar este romance da Tecmaia?

Disse.

**BLOCO DE ESQUERDA  
MAIA****Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2019  
(Ponto 3.4)****INTERVENÇÃO**

São conhecidas as posições do Bloco de Esquerda relativamente aos Orçamentos apresentados pelo Executivo. Objetivamente tratam-se de instrumentos que procuram traduzir a previsão da realização de um programa para um determinado período. Esse programa não é o nosso e por isso, de forma recorrente, o Bloco de Esquerda tem vindo a assumir a posição de não aprovação das contas que o Executivo apresenta.

Pela particular situação em que nos encontramos este ano, a apreciação das contas é somente feita em maio, e já quase no final do mês. Em condições normais teria ocorrido até ao final do mês de abril. Não se compreende, por isso, que toda a documentação nos tivesse sido facultado a menos de uma semana desta sessão. Não acreditamos que só agora tivessem sido fechadas e em consequência disponível para divulgação. Ficou assim mais uma vez evidenciado o propósito de subtrair às oposições capacidade de estudar e a escrutinar sem estar pressionada pelo tempo.

O realce dado à redução da dívida (3º parágrafo da mensagem do Presidente sobre a Prestação de Contas), com direito a anúncio público nos jornais, com evidentes fins propagandísticos, é irrelevante. Mau seria que não houvesse abate à dívida quando é irrisório o nível de investimento municipal. Também mau seria que não houvesse o propósito de liquidar a dívida contraída. Salienta-se que a dívida é um stock de fluxos financeiros capturados por este e anteriores executivos de forças partidárias que detêm o poder na Maia há mais de quarenta anos. Interessante seria estabelecer uma relação entre a criação da dívida e a sua aplicação.

Repetem-se as dúvidas quanto a procedimentos contabilísticos internos à prestação de contas da Câmara. Não são claras as relações e fluxos financeiros que se estabelecem com as Empresas Municipais. Esperam-se que não sejam meras operações de cosmética contabilística de forma a atingir determinados resultados. Também teve foros de notícia destacada a referência à necessidade de uma auditoria independente para se apurar a situação das contas municipais.

As empresas municipais são também, em geral, fonte de preocupação. Para ilustrar a afirmação basta referir a ausência de informação da Espaço Municipal o que é relevante

19

do ponto de vista da falta de escrutínio da sua gestão. Outro exemplo negativo é situação da Maiambiente.

Finalmente uma referência à Certificação Legal de Contas. Dizer que as contas estão certificadas não corresponda a que estejam corretas e sem possibilidades de poderem vir a ser contestadas a relevação e o tratamento contabilístico dado aos fatos patrimoniais. Quando existem situações que mereçam destaque, pela negativa, o revisor oficial de contas assinala-as com a classificação de **Reservas, Ênfases, Incertezas Materiais e Passivos Contingentes**. E por muito que alguns membros desta Assembleia não gostem elas existem e são fonte de preocupação. Leiam por favor, a título de exemplo, as páginas 2 e 3 do ROC.

Por tudo que está dito atrás o Bloco de Esquerda votará contra a aprovação das contas da Câmara Municipal da Maia e das suas Empresas Municipais, manifestando ainda, para que conste em ata, declaração de voto de vencido.

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda



Exmo. Senhora Presidente da Assembleia,  
 Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,  
 Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal  
 Exmos. Senhores Vereadores  
 Exmos. Senhores Deputados  
 Estimado Público  
 Minhas Senhoras e meus Senhores,

af.  
 M  
 M

Senhor Presidente,

As contas do município referente ao ano de 2019, são bem demonstrativas do rigor e das boas práticas de gestão do executivo da Câmara Municipal da Maia.

Ao analisarmos as contas bem como o relatório de gestão referente ao ano de 2019 e tendo como referência o orçamento respectivo, podemos dizer que a actividade da gestão do município foi, ao contrário do que alguns dizem, muito boa, direi mesmo que foi excelente.

Senão vejamos:

O orçamento global e final para o ano de 2019 ultrapassou o valor de 93 Milhões de euros.

Das contas agora apresentadas, constatamos que:

Na Receita Corrente prevista verificou-se um acréscimo de 7%.

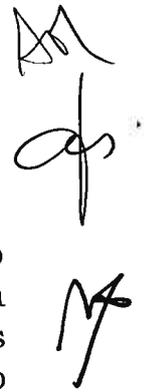
Ao contrário, na Despesa Corrente prevista, verificou-se uma diminuição de 13,5 %.

No que diz respeito às Despesas e Receitas de Capital constatamos que a Receita de Capital teve um decréscimo de cerca de 27 % enquanto a Despesa de Capital teve um decréscimo de cerca de 36%.

Importa realçar que independentemente destes valores serem inferiores aos valores orçamentados para estas rubricas, a Despesa de Capital, ou seja, o investimento foi feito á custa da poupança corrente, com recursos próprios do Município, o que demonstra bem a boa prática de gestão por parte do Executivo do Município.

Constatamos igualmente que a execução orçamental e em termos globais foi excelente, isto é, em termos de Receita

ultrapassou os 100 % e em termos de Despesa quase atingiu os 80 %, o que como atrás referimos, foi excelente.



Quanto ao endividamento do Município, queremos realçar o esforço continuado e efectivo que o executivo tem levado a cabo na diminuição da dívida do município. É de louvar este executivo e os que o antecederam, pela forma como conseguiram baixar o endividamento do Município, que há 20 anos era de muitas dezenas de Milhões de euros, para valores que não chegam às duas dezenas de milhões de euros, perfeitamente normais para um Município com a Maia. Só no exercício de 2019, o valor abatido á dívida do Município foi de cerca de 6 Milhões de euros. Aliás, como refere o Sr Presidente da Camara, no seu relatório, o objectivo no que á dívida diz respeito, é o endividamento zero. Penso que esse seu objectivo e reconhecido pela oposição.

Provavelmente e lendo o que a oposição diz, quer na Vereação quer nesta Assembleia, acerca da gestão do seu executivo, o Sr Presidente da Câmara em vez de diminuir a dívida, devia aumentá-la, em vez de apresentar uma poupança de cerca de 22 Milhões de euros, devia gastar 30 Milhões de euros, ou seja devia apresentar uma situação deficitária e não uma situação como a que nos apresenta hoje.

Mas Sr. Presidente, por estranho que pareça, como referi atrás, a oposição reconhece, quer na Vereação quer nesta Assembleia, as suas qualidades e as boas práticas de gestão por parte do seu executivo.

Senão vejamos, de um prisma pragmático:

Há um ano os Senhores Vereadores da oposição bem como a bancada da coligação " Um Novo Começo " escreveram e disseram que o Município tinha um contencioso de cerca de 90 Milhões de euros. Passado um ano, mais dia menos dia, voltaram a escrever que a camara possui um contencioso de cerca de 60 Milhões de euros.

Sr Presidente da Camara, num só ano o senhor reduziu o contencioso em 30 Milhões de euros. Portanto, reconhecer que num só ano o executivo reduziu o contencioso em 30 Milhões de euros, é de facto reconhecer a boa capacidade de gestão que o Sr Presidente da Câmara imprime a este executivo. Isto é, em vez de criticarem, deveriam aplaudir o executivo por, em apenas um ano, ter reduzido o contencioso em 30 Milhões. Ou seja, no final deste mandato ainda

vamos poder ler em declarações dos Vereadores da oposição e provavelmente da bancada “ Um Novo Começo “ que o contencioso da Câmara Municipal é “ ZERO “ Milhões de euros.

Sr Presidente, ainda sobre a forma como os Srs. Vereadores da oposição e que é a base para a posição da coligação “ Um Novo Começo “, analisam e criticam a gestão do executivo, é de referir, e aqui no que se refere ao SMAS, dizem que o Passivo apresenta um valor de cerca de 25,8 Milhões de euros e que desconheciam esse valor e que era um valor muito elevado, porque são muito milhões. Bem podiam ter referido que mesmo sendo muitos milhões, é o valor mais baixo dos últimos quatro anos. Mas não o que os atrai são os milhões, muito milhões.

Se calhar é porque os milhões de euros estão a baixar ano após ano, que a oposição fica muito preocupada, porque deixa de poder falar em milhões, muito milhões e esse é e será o drama da oposição.

Sr Presidente, poderíamos analisar muito mais ao pormenor os valores que compõem quer a despesa quer a receita, mas pensamos que o que importa realçar e relevar são os valores globais, porque são esses que nos podem fornecer os indicadores de uma boa ou má pratica de gestão e por este valores só podemos afirmar que o município pratica e tem uma óptima gestão dos seus recursos económicos e financeiros.

Para finalizar Sr. Presidente, apenas para referir de que do nosso ponto de vista, a gestão do município foi excelente, quer em termos de poupança que ultrapassou os 22 Milhões de euros, quer em termos de resultado contabilísticos, que ultrapassou os 8 Milhões de euros e isso, repito, é boa gestão.

Por tudo isto vamos votar favoravelmente este documento.

Maia, 25/MAI/2020

---

( Coligação “ Maia em Primeiro “ )

## Coligação “UM NOVO COMEÇO”



PS



Juntos pelo Povo

A Prestação de Contas e o Relatório de Gestão é o momento no qual o Executivo apresenta contas daquilo que efetivamente foi efetuado e de que forma se desenvolveu a atividade da Câmara Municipal e do Município.

Da análise efetuada várias considerações e chamadas de atenção poderiam ser efetuadas, bem como, facilmente se poderão encontrar argumentos distintos sobre rubricas distintas.

No entanto, tratando-se de contas há números que são diretos e que não têm duplas interpretações.

A Administração Central transferiu para o Município mais 3,5M€ comparativamente com o ano de 2018, totalizando cerca de 20M€ de transferência em 2019.

Nos impostos diretos temos um acréscimo de mais de meio milhão de euros.

O passivo da Autarquia apresenta o valor de cerca de 90M€.

A Câmara Municipal apresenta um saldo de gerência de 23,4M€ e um resultado líquido de cerca de 8,4M€. Apesar de positivo este valor tem, face ao ano anterior, uma redução de cerca de 3M€.

No entanto, mais do que aqui analisar se o resultado é mais ou menos positivo, há que analisar que investimento de retorno é realizado pela Câmara Municipal por forma a colocar estes resultados em prol da população.

Num concelho onde a rede viária está degradada, onde as queixas do mau estado das vias é diário, num concelho que não apresenta nem perspectiva uma resposta para os problemas habitacionais do presente e do futuro, num concelho que tarda em apresentar um plano de recuperação que inclua respostas mais abrangentes com vista a sustentar uma retoma nesta fase de crise, num concelho que apresenta problemas ambientais que merecem uma resposta clara e definitiva, num concelho onde a rede de transporte e as ligações interfreguesias é fraca e não oferece aos cidadãos uma resposta efetiva, não era expectável ver os seus

25

## Coligação "UM NOVO COMEÇO"



PS



Juntos pelo Povo

responsáveis a orgulharem-se de apresentar um saldo de gerência de 23,4M€, mas sim orgulharem-se de terem um concelho com respostas efetivas para os cidadãos e sem problemas estruturais.

No entanto, aqui na Maia não é o que acontece.

Continuamos a ver e a ouvir os responsáveis a orgulharem-se pela diminuição da dívida, mas o desenvolvimento do concelho não pode parar por esta obsessão.

Nas contas da Câmara há espaço para uma gestão de rigor, onde se possa responder à dívida, fazendo o seu percurso progressivo de diminuição, mas também tem de existir espaço para o desenvolvimento do concelho, dando resposta aos problemas identificados.

Há obras a realizar, há freguesias a pedir investimentos, há políticas estruturais que necessitam de uma nova política, de um novo investimento e este executivo de direita não está a ser capaz de responder a essas necessidades.

Mas, há que realçar que o discurso da gestão de rigor, não pode ser só alicerçado no chavão da dívida. A diminuição da dívida está a servir para tudo, para não se fazer as reformas necessárias, mas também para esconder a falta de rigor na gestão de outras áreas, como se pode verificar, por exemplo, nas empresas municipais.

É preocupante o que se assiste nos SMEAS, que apresentam um passivo de cerca de 26M€ e na Maiambiente, que apresenta um resultado negativo de cerca de 1M€, mesmo com a contabilização neste exercício do subsídio da Câmara Municipal da Maia de 1,37M€.

Por parte da Câmara não vemos nenhum sinal nem nenhuma resposta efetiva a estes problemas.

Em suma, estas contas deixam bem clara a falta de estratégia que este executivo e que a direita nos apresenta para o concelho da Maia.

Um conjunto de contas que deixam claro que não há prioridades definidas e que o rumo atual é o da deriva, navegando-se ao sabor do vento.

Handwritten signatures and initials in the right margin.

## Coligação "UM NOVO COMEÇO"



**PS**



Juntos pelo Povo

Defende-se o discurso da boa gestão, ao abrigo da redução da dívida, aliás linha de obsessão que esta Câmara assumiu há já alguns anos, mas não sabendo redefinir a sua linha quando, para além da redução da dívida, passou a existir espaço para desenvolver o concelho.

Na Maia parou-se no tempo da Troika, no tempo que não deixou saudades, o de uma liderança do país protagonizada por Pedro Passos Coelho, Gaspar, Relvas e Companhia.

Na Maia continua-se a pedir esforços aos cidadãos, sem se ser capaz de lhes retribuir esse esforço, tentando continuar a vender realidades que já não existem.

É necessária uma nova dinâmica, a coragem de agarrar os problemas e de saber dar resposta aos temas atuais.

Falta tudo isto à Maia e estas contas que hoje aqui analisamos e nas quais a coligação "Um Novo Começo" votará contra, são bem o reflexo disso.

Maia, 25/05/2020

O Líder do Grupo Municipal

Paulo Rocha



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

Presidente

Doc. da Câmara  
pl pnbaz à ata

22

af

SM

M

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA NA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA | 25 DE MAIO DE 2020

Exma. Sra. Presidente, em exercício,

Exmas. Senhoras deputadas,

Exmos. Senhores deputados,

O **orçamento municipal final de 2019** totalizou 93,3 M€, tendo sido cobrada receita (excluído o saldo da gerência anterior) no montante de 75,4 M€, enquanto a despesa paga no exercício se cifrou em 72,6 M€

A execução da receita representou 103% dos montantes orçados, enquanto que a despesa ficou nos 78%

A execução orçamental em 2019 alcançou assim, uma vez mais, níveis de execução de referência, reforçando de forma significativa o saldo final para a gerência de 2020, que atinge 23,4 M€.

Destaco aqui a persistência em **níveis elevados do grau de autonomia financeira do município**, já que continuam a ser as receitas correntes a assumir a maior preponderância no cômputo global cobrado, representando cerca de 93,4% do total arrecadado em 2019.

Ao nível do endividamento, o esforço de consolidação orçamental permanece, pois mantemos uma trajetória claramente descendente, sendo que a dívida do município,



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

Presidente

de natureza orçamental, desceu para 18,4 M€, uma redução de 5,7 M€ (23,5%) em relação a 2018.

A dívida total do município – inclui o passivo de médio e longo prazo de natureza não orçamental, resultante da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social (9,6M€) – diminuiu 6,9 M€, situando-se agora em 27,9 M€, o que significa um decréscimo de 20%.

**Em matéria de endividamento**, a performance do município da Maia revela que conseguimos superar com sucesso os desafios derivados do contexto macroeconómico de austeridade profunda que caracterizou a última década.

Em 2010 a dívida era de 76,9 M€, tendo passado a 27,9 M€ em 2019, o que significa uma redução de 64%.

O mesmo trajeto seguiu a dívida do grupo municipal – que inclui a dívida das entidades participadas pelo município -, que no final do exercício de 2019 desceu para 50,9 M€, tendo uma redução de 14,2 M€ (-21,7%)

Para essa redução contribuiu de forma preponderante o nível da dívida dos SMEAS, que diminuiu 6,8 M€, determinado sobretudo pela operação de substituição da dívida do município (SMEAS) à EDP Distribuição de Energia, S.A., o que, por si só se traduziu numa diminuição do endividamento de médio e longo prazo na ordem dos 6,5 M€.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

Presidente

O **Balanço** do município, reflete, como não podia deixar de ser, aquele bom desempenho das contas:

- O crescimento dos **Ativos** (o ativo líquido totaliza 433,8 M€);
- O reforço dos **Fundos Próprios**, devido ao resultado líquido positivo do exercício, no montante de 8,4 M€, totalizando, agora 343,6 M€, um crescimento de 3,2% relativamente ao ano transacto;
- A diminuição do Passivo, que soma 90,1 m€, um decréscimo de 6,8 M€ face a 2018;

As contas do município continuam, assim, a refletir o caminho percorrido, de sustentabilidade e reforço da capacidade de intervenção social e económica da autarquia, em contraciclo, como é o caso da conjuntura inusitada que vivemos hoje, sempre a par do reforço da sua capacidade de investimento ao serviço de políticas de desenvolvimento inovadoras em todas as vertentes da missão da autarquia.

Tal caminho é assinalado por entidades externas de reconhecida competência técnica, que reconhecem os níveis de eficiência financeira assinaláveis atingidos pelo Município da Maia, traduzidos num vasto conjunto de rácios que permitem avaliar a gestão financeira, económica, patrimonial e orçamental, bem retratados no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2018, que nos posiciona nos lugares cimeiros em termos de pontuação global, em 2º lugar do Distrito do Porto e em 13º lugar do ranking global dos melhores municípios de maior dimensão.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

**Presidente**

af.  
AM

É um reconhecimento que justificadamente nos orgulha, a nós e a toda a comunidade de trabalho municipal que todos os dias contribui com o seu esforço para estes resultados.

↗

\*

Senhora Presidente, em exercício,  
Senhoras e senhores deputados,

Aqui chegado não ficaria de bem com a minha consciência, se não manifestasse a V. Exas. um vivo repúdio pelos métodos adotados, nesta matéria como noutras, por alguma Oposição.

As contas dos municípios são objeto de um escrutínio que, no panorama do nosso sistema político constitucional, não tem paralelo.

Isso sucede tanto ao nível político, como ao nível administrativo, tutelar e jurisdicional.

São inúmeras as obrigações quotidianas de reporte a organismos de controle inspetivo e jurisdicional. E, além disso, as contas dos municípios são obrigatoriamente objeto de certificação legal por auditores externos independentes.

Pouco espaço resta, assim, ao nível dos órgãos políticos da autarquia para uma discussão tecnocrata sobre a contabilidade e classificações de despesas e receitas ou sobre o POCAL e o seu sucedâneo SNC-AP.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

**Presidente**

Os autarcas tomam decisões que, quando têm efeitos financeiros, devem ser objeto de registo na contabilidade municipal de acordo com regras que são públicas e obrigatórias, registo esse feito por um corpo de funcionários administrativos responsáveis e inseridos numa hierarquia funcional.

Não são os políticos que tomam essas decisões. Nem o querem, pois têm bem outras prioridades.

Em boa verdade, por isso, a tradição da discussão política sobre as contas municipais centra-se, em princípio, sobre aquilo que os números revelam acerca das opções políticas, boas ou más, da gestão municipal.

Previsivelmente, a oposição na Câmara votou contra e fez declaração de voto de vencido.

Nada a obstar: é o exercício de um direito de oposição e a democracia faz-se e vive da divergência de ideias e opiniões.

Quanto às supostas questões de tecnicidade levantadas, permita-me, senhor presidente, que remeta para os pacientes e competentes esclarecimentos da senhora Diretora do Departamento Financeiro, que solicito, seja anexada à ata, juntamente com este meu escrito.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

**Presidente**

Porém, quanto ao teor e os termos daquela declaração de voto de vencido, digo sem hesitar que é bem o retrato de quem a subscreve:

Revelando até alguma iliteracia financeira, a oposição embrulha uma série de afirmações desgarradas e leituras descabidas dos números, junto com ameaças veladas e insinuações, não se coibindo de atacar a competência técnica e profissional e a probidade do corpo de funcionários do Departamento de Finanças e Património bem como a independência, profissionalismo, e honestidade dos auditores que, nos termos da Lei certificaram legalmente as contas municipais; sem qualquer reserva, é bom recordar.

Nada que nos surpreenda, porém, vindo de quem vem.

Neste mandato, a oposição que tem assento na Câmara abandonou a política séria e abraçou a política preguiçosa e viciada, característica dos espíritos fracos.

À oposição na Câmara não lhes interessa a realidade, nem os factos, nem as ideias, e muito menos as pessoas que servem com dedicação o Município.

Importa-lhes, isso sim, encenar, a propósito de tudo e de nada, casos e casinhos, na esperança do desgaste mediático de quem tem que tomar todos os dias as decisões responsáveis ou, sobretudo, que um qualquer burocrata sem rosto, do fundo do seu gabinete, decreta a inspeção salvadora, que envolva todos, políticos e funcionários numa permanente suspeição que afete a sua imagem, honra e dignidade.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

**Presidente**

Anseiam pela “vitória na secretaria”, sem esforço e sem ética.

É a ambição de chegar ao poder de forma preguiçosa: sem ter que produzir ideias e sem ter que apresentar os melhores candidatos.

Ou seja, sem mérito, porque isso, o mérito, dá muito trabalho.

Maia e Paços do Concelho, 25 de Maio de 2020

António Domingos Silva Tiago

Presidente da Câmara Municipal